

EXPEDIENTE

Copyright © 2018 - Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - Todos os direitos reservados

www.ufpe.br/ce

Autor Corporativo: Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco

Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N Cidade universitária, Recife-PE- CEP 50.670-901

Periodicidade da publicação: Anual

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou meio, sem a devida citação. Este produto é baseado em relatos de experiência enviados pelos(as) autores(as) como conclusão do Curso de Formação Continuada em Palmares - 2017, ocorrido no período de junho a dezembro de 2017, a partir do Convênio nº35/2017 firmado entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Prefeitura dos Palmares, sendo executado pelo Centro de Educação - CE e a Secretaria Executiva Municipal de Educação - SEMED, respectivamente. É importante ressaltar que os textos aqui apresentados seguiram as normas, diretrizes e linguagem científica para serem publicados, segundo critérios estabelecidos pela coordenação do curso. Os direitos e responsabilidades sobre os relatos e suas opiniões são inteiramente dos(as) autores(as) que os enviaram para publicação.

Administração Central da UFPE

Reitor: Professor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitora: Professora Florisbela de Arruda Câmara e Siqueira Campos

Gestão do Centro Acadêmico

Diretor do Centro de Educação: Alfredo Macedo Gomes

Vice-diretor: Ana Lúcia Felix dos Santos

Município dos Palmares

Prefeito: Altair Bezerra da Silva Júnior

Vice-prefeito: Agenaldo Lessa Leão

Secretária de Educação: Elizângela Maria das Neves Lopes

Diretora de Ensino: Érika Fabrícia Ramos Neves Calado

Diretora de Gestão: Edna Francinete Rodrigues da Silva

Coordenação Geral do Programa de Formação Continuada em Palmares

Viviane de Bona

Professores/as Formadores/as:

Adriana Maria Paulo da Silva
Alfredo Macedo Gomes
Alcivam Paulo de Oliveira
Clecio dos Santos Buzen Júnior
Flávia Cristina Gomes Catunda de Vasconcelos
José Carlos Alves de Souza
Maria da Conceição dos Reis
Sandra Patrícia Ataíde Ferreira
Tarcísio Rocha dos Santos
Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos
Valdir Bezerra dos Santos Júnior

Apoio administrativo: Janaína dos Santos Monteiro (bolsista)

CADERNO DE SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO (CE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Corpo Editorial

Adriana Maria Paulo da Silva
Clecio dos Santos Buzen Júnior
Maria da Conceição dos Reis
Tarcísio Rocha dos Santos
Viviane de Bona (Coordenação Editorial)

Revisão Técnica:

Alcivam Paulo de Oliveira
Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos

Revisora Ortográfica: Victoria Luiza Ramos da Silva

Diagramação e formatação: Jowania Rosas de Melo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LEONARDO SANTOS FERREIRA.....	7
CRECHE MUNICIPAL VIOLETA GRIZ	14
COLÉGIO MUNICIPAL FERNANDO AUGUSTO PINTO RIBEIRO	21
ESCOLA MUNICIPAL DERMEVAL ALVES DE MIRANDA.....	30
ESCOLA MUNICIPAL JADER CARLOS DA SILVA.....	38
ESCOLA MUNICIPAL JAYME DE CASTRO MONTENEGRO	48
ESCOLA MUNICIPAL LUIZ DA ROCHA LEÃO	57
ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA.....	63
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IVONETE FERREIRA LINS	77
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA TELMA MARIA LEANDRO DE SOUSA	84
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LAURO FERREIRA CHAVES	95

APRESENTAÇÃO

O Centro de Educação da UFPE vem se articulando com as redes públicas de educação com o compromisso de promover a formação dos profissionais de educação, contribuir para elevar a qualidade da educação e defender a escola pública como agência fundamental da sociedade brasileira. Neste sentido, por meio da Coordenação de Formação Continuada, estabeleceu convênio com o Município dos Palmares - PE, visando a melhoria da educação municipal a partir da formação continuada dos profissionais da educação, originando o Programa de Formação Continuada - PFC no município.

O PFC teve como sujeitos participantes os/as docentes dos anos finais do Ensino Fundamental, os/as gestores/as e coordenadores/as das escolas, e os/as técnicos/as da secretaria de educação, que durante os meses de junho a dezembro de 2017 participaram do curso de extensão.

No decorrer dos encontros do processo formativo, percebeu-se que para acontecer uma educação integrada, o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola do município, precisava ser revisitado e reconstruído por todos/as que fazem a comunidade escolar. Foi com este intuito, que para a finalização do curso de Formação Continuada em Palmares 2017, foi pactuado com os/as docentes: a análise do PPP da escola; a reescrita do documento considerando os conteúdos tratados durante o curso e suas orientações; bem como a elaboração e apresentação de relatos de experiência.

Essa proposição visou promover um espaço de troca e reconstrução a fim de possibilitar um redimensionamento da prática pedagógica das escolas. Dessa forma, esse caderno apresenta 11 relatos de experiência selecionados entre as 22 escolas que participaram do Programa de Formação Continuada. Ao socializar estas experiências, pretendemos valorizar o movimento de cada escola, que se reuniu com a comunidade escolar para a reestruturação do

PPP, trazendo os detalhes e análise das vivências de cada realidade. Contribuindo assim, para revelar novos olhares e diferentes possibilidades para uma gestão democrática da escola pública, de qualidade socialmente referenciada.

Coordenação da Formação Continuada do Centro de Educação

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LEONARDO SANTOS FERREIRA

RECONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Cristiane Oliveira de Moraes - Gestora
Patrícia Firmino da Silva – Coordenadora Pedagógica
Joseane Maria dos Santos – Professora
Lisânia Gomes Pires Jardim – Professora
Massilânia Gonçalves da Rocha Silva – Professora
Andréa Maria Bezerra – Membro do Conselho Escolar e mãe de Aluno
Débora Maria de Lima – Membro do Conselho Escolar e mãe de aluno

1 INTRODUÇÃO

O projeto político pedagógico (PPP) é um instrumento que busca refletir sobre a proposta pedagógica da escola, visando à coletividade através dos membros da comunidade escolar cuja meta é desenvolver um excelente trabalho e assim alcançar êxitos nos objetivos estabelecidos. Uma vez que o debate envolto na elaboração do referido documento é de cunho democrático, com a finalidade de fortalecer a participação dos pais, discentes, docentes, funcionários, membros do conselho escolar, equipe gestora, comunidade local e outros.

Entretanto, o PPP também nos permite fazer uma análise daquilo que foi realizado pela escola e ao mesmo tempo reformular o que achar necessário mediante as necessidades apresentadas, visto que a renovação desse documento é de extrema importância para o sucesso da Instituição. Pois, automaticamente assume a tarefa juntamente com todos(as) os(as) atores(as) envolvidos(as) no processo, de garantir uma educação pautada no compromisso, responsabilidade, assiduidade e qualidade.

Dentro dessa perspectiva de trabalho o Centro de Educação Infantil Leonardo Santos Ferreira organizou vários momentos durante o ano de 2017, com todos(as) que fazem parte da comunidade do CEI a fim de ouvir sugestões e opiniões através de reflexões críticas para as possíveis reformulações do documento. Segundo Veiga (1995, p.18) “[...] a socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora”.

Contudo é plausível dizer que o PPP é, de fato, um mecanismo que propicia à instituição realizar planejamentos com a finalidade de que as propostas sugeridas sejam realizadas com êxito e possibilitem dar ênfase na qualidade do desenvolvimento do trabalho escolar, uma vez que sem coletividade e sem ouvir a comunidade, não chegaremos a lugar algum.

Com a finalidade de obter êxito em nosso trabalho escolar, nossos momentos de partilha e socialização quanto à reformulação e reestruturação do PPP da Escola suscitaram os seguintes objetivos:

- ❖ Debater a importância do PPP e sua aplicabilidade;
- ❖ Analisar junto à comunidade as propostas existentes no documento;
- ❖ Estabelecer uma relação mais efetiva entre escola e família;
- ❖ Valorizar a participação da comunidade escolar na reformulação do PPP;
- ❖ Somar esforços quanto à participação dos pais e comunidade nas atividades da escola;
- ❖ Criar mecanismos que favoreçam a socialização entre equipe gestora, pais, professores(as) e na elaboração do PPP;
- ❖ Promover atividades que facilitem a discussão e reflexão das práticas pedagógicas;
- ❖ Apresentar à comunidade escolar as ações que obtiveram êxitos e também as que não foram realizadas;
- ❖ Garantir o sucesso do trabalho escolar.

2 METODOLOGIA

Mediante a proposta referente à elaboração, revisão e reconstrução de seu Projeto Político Pedagógico, o Centro de Educação Infantil Leonardo Santos Ferreira organizou vários momentos durante o ano de 2017, com todos(as) os(as) atores(as) envolvidos(as) dentro deste processo. Destaca-se o mês de fevereiro, onde iniciamos as atividades voltadas à análise do PPP. Por sua vez, a equipe gestora reuniu-se com os docentes durante uma semana de estudos para elaborar algumas sugestões pertinentes na reformulação do referido instrumento, com o objetivo de posteriormente discutir propostas sugeridas com toda comunidade escolar. Portanto, no mês de março, do mencionado ano, tivemos nosso primeiro encontro entre pais e equipe gestora, para apresentação do documento a fim de que todos(as) tomassem ciência do que se tratava, qual sua importância e finalidade para a escola, bem como ouvir sugestões, opiniões através de reflexões críticas e responsáveis, já que estávamos contando com todos(as) os(as) presentes e suas ideias para as possíveis reformulações do supracitado documento.

Em síntese, na primeira oportunidade junto aos professores(as), realizamos leitura individual e coletiva seguido de debate muito proveitoso e significativo. Em outra ocasião reunimos pais, professores(as), equipe gestora, membros do conselho escolar e comunidade local. Dessa forma, ao explicar o que seria o PPP e sua importância por meio de slides, as pessoas presentes iniciaram um debate crítico e ético com a finalidade de reformular o que se considerava de cunho negativo, como por exemplo:

- ❖ Algumas ações que não obtiveram êxito;
- ❖ Analisar com mais ênfase as propostas pedagógicas;
- ❖ Comparar as ações anteriores a fim de fazer as devidas modificações quanto a nossa realidade.

Em um momento específico ainda no primeiro semestre do ano de 2017, sentimos necessidade em reunir os membros do conselho escolar e, após a leitura do documento, os mesmos se comprometeram em estar sempre à disposição da escola no que for necessário. Principalmente nas discussões que

envolvem a vida educacional dos filhos, já que todas são mães e também precisam ter essa responsabilidade e compromisso.

Já no segundo semestre do ano em curso, realizamos mais um encontro com as professoras da nossa Instituição, com o intuito de rever objetivos e metas a fim de encontrar soluções para melhorar os resultados e a qualidade do ensino. Objetivamos também dar continuidade ao atendimento junto aos familiares dos pequenos infantes. Faz-se necessário expor que durante nossas discussões tivemos como aportes teóricos os seguintes documentos: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a LDB (Lei das diretrizes de Base da Educação) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, promovendo assim, alguns embates e boas discussões com o propósito de ampliar não apenas o conhecimento, mas de corroborar no desfecho da atividade proposta.

Os encontros vivenciados durante o ano de 2017 e aqui relatados estão ilustrados nas imagens da figura 1.

Figura 1 – Registros fotográficos dos encontros realizados para discussão do PPP.





Fonte: Acervo da instituição.

Ressaltamos que o CEI Leonardo Santos Ferreira através da SEMED – Secretaria de Educação dos Palmares teve a oportunidade de participar da discussão da referida temática durante o curso de formação continuada, promovido pela UFPE, e ministrado pela professora Maria da Conceição dos Reis. Na ocasião, participaram a gestora Cristiane Oliveira de Moraes e a coordenadora pedagógica Patrícia Firmino da Silva, que durante as reuniões de planejamento bimestral na escola faziam questão de expor o que foi visto no curso. Podemos afirmar que a cada encontro foi permitida nova vivência e muita troca de experiência, sem falar na interação de todos(as) os(as) envolvidos(as).

3 DISCUSSÃO

As discussões em torno do PPP deste CEI sempre nos remetiam a variadas reflexões. Dentre elas, a de discuti-lo no início do ano eletivo e sempre que houvesse necessidade, pois as professoras deixaram claras as suas dificuldades de compreender o referido documento e de como ele viria ajudar em suas respectivas práticas em sala de aula, bem como até onde beneficiaria a escola e a comunidade local. No entanto, algumas se mostraram temerosas, mas afirmaram que estava sendo uma excelente oportunidade para colaborar, na construção e restauração de um instrumento tão importante para escola e ter a possibilidade de desenvolver um trabalho que busque o sucesso de todos(as).

4 CONCLUSÃO

O sucesso do trabalho em equipe torna-se ainda mais plausível quando existe a interação e a participação de todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo. Consideramos que para se fazer uma reconstrução e reformular um documento tão importante quanto o PPP, é preciso ter a sensibilidade de convidar toda a comunidade escolar para discutir o que de melhor podemos fazer com nossa escola. Uma vez que diante da nossa realidade estão sob nossa responsabilidade pessoas em pleno desenvolvimento e por esse motivo, de modo especial, precisamos estar atentos a toda e qualquer mudança que interfira na vida social e educacional dos nossos educandos. Segundo Veiga (1995, p. 17), [...] “o projeto político-pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos(as) deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar”.

Por fim, a cada discussão, embates e debates, refletimos o quanto é prazeroso ver os resultados do que foi planejado, com a finalidade de promover o sucesso de todos(as) especialmente dos(as) nossos(as) discentes.

5 REFERÊNCIAS

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 3.ed. Campinas - SP: Papyrus, 1995.

CRECHE MUNICIPAL VIOLETA GRIZ

SISTEMATIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS PARA ALCANÇAR UM SÓ OBJETIVO: CONHECIMENTO MÚTUO

Brena Elielma da Silva
Bruna Juliana de Oliveira Santos
Diana Maria da Silva
Emerson Túlio da Silva Santos
Isabella Karoline Cabral da Silva
Luciana Francisca de Lima Guerra
Maria Cristina Costa Arantes

1 INTRODUÇÃO

Nesta apresentação contemplamos um olhar especial para o Projeto Político Pedagógico Escolar (PPP) a partir das orientações que recebemos nas formações da Universidade Federal de Pernambuco. Como veremos neste relato, o PPP da nossa instituição já era algo discutido, no entanto foi a partir de uma compreensão coletiva da importância real deste documento – realizada por meio das formações destinadas à equipe gestora – que redirecionamos as atividades e os próprios aspectos presentes no documento.

Dessa forma, nos reunimos com membros da equipe gestora, pedagógica, conselho escolar e comunidade em busca de uma prática democrática, com metas e ações sendo revisitadas de acordo com a necessidade atual da escola e sua comunidade. Em reuniões e formações, buscamos estratégias facilitadoras na preparação, revisão e acesso ao PPP. Com a missão de envolver famílias, rever recursos e elaborar planos de ação escolar, tivemos o objetivo de beneficiar um todo escolar, pois a partir do momento que traçamos metas e ações, buscamos qualificar o ensino e a aprendizagem nesta instituição. Tendo a finalidade de garantir a qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças, bem como revelar que esse documento

possui uma tarefa importante na escola para a plena formação dos indivíduos, promovendo o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos(as). Portanto, este relato consiste em estudo de natureza descritivo-reflexivo que visa contribuir com análises capazes de favorecer as medições necessárias na reorganização de um Projeto Político Pedagógico Escolar.

2 RELATANDO O PERCURSO

[...] os conhecimentos derivam da ação, não no sentido de meras respostas associativas, mas no sentido muito mais profundo da associação do real com as coordenações necessárias e gerais da ação. Conhecer um objeto é agir sobre ele e transformá-lo, apreendendo os mecanismos dessa transformação vinculados com as ações transformadoras [...]. (PIAGET, 1970, p. 30).

A partir do exposto acima, nota-se que no entendimento de Piaget (1970) o conhecimento é elaborado por meio de uma construção contínua, ele não se encontra pronto e acabado, é necessário agir sobre ele e transformá-lo. Desde o início do ano letivo começamos com o trabalho de reconstrução do PPP da escola. Apresentamos o PPP do ano de 2016 para a nova equipe de docentes, serviços gerais e merendeiras. Fizemos a leitura das ações, metas, objetivos, ou seja, de tudo o que compunha o PPP de 2016 da Creche Municipal Violeta Griz. Analisamos e percebemos que faltavam alguns pontos a serem acrescentados. Elencamos as ações que não alcançamos, bem como as novas propostas que foram discutidas e corrigidas pela equipe gestora.

Iniciamos nossas discussões na manhã do dia 12 de abril de 2017, na Creche Municipal Violeta Griz. O primeiro passo foi a leitura coletiva do PPP 2016, seguido da distribuição de alguns textos. Dividimos em grupos a comunidade escolar, para então a gestora distribuir os temas das propostas do ano de 2016, a saber: Ensino escolar; Ensino e aprendizagem; Corpo docente; Equipe Gestora.

Com base nesta proposta, construímos o PPP do ano de 2017, com outros pensamentos, pois estávamos com uma equipe nova de docentes, isto é, uma nova equipe, requer novas propostas. Como tínhamos passado um mês de

experiência de trabalho naquele ano escolar, pudemos analisar e estudar os seguintes aspectos: Ambiente escolar; Comunidade do bairro; Pais, Alunos(as) e Professores(as). Portanto, foram construídos a partir das dificuldades apresentadas pelas professoras, problemas e soluções, por meio da técnica da discussão, ideias e opiniões. Após a construção, solicitou-se aos pequenos grupos a apresentação de cada um ao grupo geral. Nesse momento, relataram o que foi discutido sobre as ações do ano de 2017, retrataram os problemas e as dificuldades; bem como as sugestões de ações para superar, minimizar ou eliminar tais problemas para cada solução apresentada. Logo, a equipe gestora que constantemente escutava as partes, apresentava uma definição, ou conceito para solução, por conhecer a comunidade do bairro, discentes e pais, expondo a elas a realidade. Assim, com essa troca de ideias, sugestões e opiniões encerramos o primeiro momento de sistematização deste documento com as ações, metas, objetivos, cronograma, etc, do ano de 2017. Por fim, o material foi todo organizado, impresso e encadernado.

No dia 21 de junho de 2017, a equipe gestora (gestora e coordenadora pedagógica) foi convidada a participar de uma formação continuada, no Colégio Cenecista Profº Ivom Ferreira Lins, Palmares - PE, onde foi exposta a proposta de formação e o cronograma, bem como os temas que seriam trabalhados durante os meses de junho a dezembro. Em cada formação eram apresentados: o tema, objetivos, sequência didática, recursos utilizados naquele dia e a atividade complementar. Diante desses estudos em formação, foram se abrindo novos caminhos e ideias para a reformulação e uma nova sistematização do PPP. Para Imbernón (2010), a formação continuada dos docentes está além das atualizações científicas, didáticas ou pedagógicas do trabalho escolar, pois consiste em seu desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, proporcionando assim a capacidade reflexiva sobre a própria prática elevando-a a uma consciência coletiva que contribui com a transformação, ou seja, é uma prática cujo alicerce está na teoria e na reflexão, capaz de proporcionar a mudança e a transformação no contexto escolar. Com isso, a formação continuada vem permitir uma aproximação entre os processos de mudança que se deseja no contexto escolar. Esta mudança envolve um

processo de aprendizado, planejamento, reflexão de valores, propósitos e conceitos associados ao que está sendo modificado.

Nesse sentido, seguindo novas orientações, no dia 14 de novembro às 14h, a Creche Municipal Violeta Griz, reuniu docentes, funcionários, contando ainda com a presença do Sr. Emerson Túlio da Silva Santos (representante titular da comunidade) e da senhora Jéssica Maria da Silva (mãe de aluna), para compartilhar conosco desse momento histórico para nossa escola, pois toda dinâmica de participação dentro da escola é um processo de aprendizado. Começamos então a reavaliar o documento de 2017. A discussão foi interessante, pois tomamos como referência a LDB nº 9394 de 1996, que em seu artigo 2º define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica com a finalidade de desenvolvimento dos aspectos físicos, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Chegamos à conclusão que no cotidiano escolar esses aspectos eram contemplados de certa forma, mas percebemos que eram necessárias modificações e revisões conceituais na proposição do documento.

Assim, na tarde do dia 13 de dezembro de 2017, fizemos a releitura do PPP, com vistas a realização de mudanças na estruturação deste documento, a fim de reavaliar os conceitos, os objetivos, metas e ações para a comunidade, discentes, pais e conselho escolar.

Acrescentamos algumas ações e objetivos na questão da educação inclusiva. Finalizamos a nova sistematização do PPP com a orientação da coordenadora da educação infantil Luciana Francisca de Lima Guerra, as professoras Brenda Elielma da Silva, Diana Maria da Silva e Isabella Karoline Cabral da Silva, a gestora escolar Maria Cristina Costa Arantes, a coordenadora pedagógica da escola Bruna Juliana de Oliveira Santos, o conselho escolar da comunidade, na pessoa de Emerson Túlio da Silva Santos (titular), onde juntos concretizamos o documento com as modificações compreendidas a partir das formações da UFPE. A figura 1 traz alguns registros fotográficos dos encontros.

Figura 1 – Fotos das reuniões realizadas.



Fonte: Acervo da escola.

Entendemos que por meio deste plano poderemos encarar nossos problemas e dificuldades existentes, procurando resolvê-las e desenvolvendo ações que possam transformar as metas em realidades atingidas. Como pode ser constatado, é possível construir coletivamente o PPP, considerando as diversidades de pensamento, ideias e opiniões, retratando o que temos, o que somos e o que queremos para uma escola de qualidade.

3 CONCLUSÃO

Nas formações da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) realizadas uma vez ao mês, os temas discutidos foram produtivos para o nosso dia a dia da escola, pois foram temas relevantes como, por exemplo, os conceitos da gestão da escola inclusiva e democrática; reflexões sobre as práticas de planejamento e de avaliação; compreender a necessidade da relação entre a escola e a família, entre outras. Discutindo conceitos e práticas que interferem nas relações interpessoais da comunidade escolar, para que assim como escola, saibamos conduzir melhor nossas ações. Sentimos a necessidade de reavaliar os conceitos, os objetivos, metas e ações para que a escola, comunidade, alunos e conselho escolar tenham a expectativa de um plano bem elaborado satisfazendo assim a todos(as) que nela estão inseridos.

Procuramos, pois, a colaboração dos constituintes da Creche Municipal Violeta Griz para que as metas traçadas possam beneficiar a todos(as) e assim facilitar o trabalho e desempenho do corpo docente e discente, levando em consideração a particularidade de cada um e buscando a harmonia de todos(as). Com uma perspectiva que considera o(a) aluno(a) como centro do processo, a partir da compreensão de seu contexto global, para assim resgatar as suas potencialidades não só cognitivas como também sociais e pessoais.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico da nossa Creche, além de atender as exigências da lei, detalha a construção do conhecimento nesse processo, evidenciando a necessidade da participação da comunidade, dos pais, do conselho escolar. Pois, a escola faz parte do cotidiano do(a) discente e todos(as) devem estar envolvidos no processo de aprendizagem.

Em função das discussões na elaboração deste documento (desde o início e na posterior reavaliação em novembro, bem como na sistematização em dezembro), estamos convictos de que o PPP é um instrumento facilitador das ações escolares, a partir do momento que foram traçadas metas na busca de qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças. Desejamos que seja um caminho aberto para ser enriquecido pela dinâmica da prática, tanto

nos aspectos estruturais, como nos conteúdos e metodologias educacionais praticados.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal 9.394/96. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

COLÉGIO MUNICIPAL FERNANDO AUGUSTO PINTO RIBEIRO

RELATO DE EXPERIÊNCIA: REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Alessandro Eugênio de Alcântara
Álvaro Vicente da Silva
Ana Cláudia Miranda Gregório Gonzaga
Ana Maria Lima da Silva Sousa
Cibele Vanessa Pereira Figueiredo
Dário Carolino Figueira
Débora Zaine Monteiro da Silva
Edalcycléa Joseane Pereira Santiago
Edijane Alves Cordeiro de Melo
Eliete Ferreira Carvalho
Erica Maria Ribeiro
Ernandes Oliveira da Silva
Gizelda Maria Barreto da Fonseca Marques
Gleicione Andrelino de Melo
João Felix da Silva Júnior
Jonas de Albuquerque Silva Junior
José Venâncio Filho
Levi Aniceto Pedrosa
Luciene Barreto Sales
Marília Priscila Sena Lins
Mônica Cecília Santiago de Oliveira
Rosileide Maria de Medeiros Aleixo
Valmir Nascimento da Silva

Equipe eleita para sistematizar as discussões e elaborar o documento:

Ana Cláudia Miranda Gregório Gonzaga (Gestora Escolar)
Rosileide Maria de Medeiros Aleixo (Vice Gestora)
Edijane Alves Cordeiro de Melo (Coordenadora Pedagógica)
Maria José (Mãe de aluno)
José Fernando (aluno protagonista juvenil)
Marília Priscila Sena Lins (Intérprete de Libras)
José Venâncio Filho (professor)

1 INTRODUÇÃO

A proposta de Formação Continuada-PFC nos proporcionou momentos de reflexão e revisitação ao Projeto Político Pedagógico da Escola - PPP nos fazendo perceber a necessidade de reformulação e análise criteriosa com um

olhar amplo. As próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele, juntando as três dimensões o PPP, ganha força de um guia (VEIGA, 1995), indicando a direção a seguir, não apenas para gestores e professores(as), mas também funcionários, alunos(as) e famílias.

A construção de um PPP implica uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. Os aparatos teóricos serviram de fundamento para nossos encontros e discussões, onde percebemos que a prática antes desenvolvida por nossa escola, - e acreditamos que por muitas outras, só discutia o PPP no início de cada semestre, prática essa que não garante o cumprimento das ações e alcance das metas traçadas. Para garantir resultado exitoso frente ao que está previsto no PPP, necessita-se que ele seja um documento vivo de acesso a todos(as), principalmente a comunidade escolar.

Gadotti (1994) citado por Veiga (1995) orienta que

todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projeto significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p.579).

Sentimos a presença dessa ideia em quase todos os temas discutidos nos encontros de formação, isso só veio ratificar algo que já era perceptível.

Esse projeto também “é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (VEIGA, 1995, p.13). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. A palavra Pedagógico aparece no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. Político e pedagógico tem assim uma significação indissociável. Nesse caso, é que se deve considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis a

efetivação da sua intencionalidade, que “não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva” (MARQUES, 1990, p.23).

O mencionado até aqui, foi nosso aporte teórico e serviu de embasamento para nossas discussões nos encontros de reflexão e revisão do nosso projeto. Colocar tudo em prática junto à comunidade escolar será um verdadeiro desafio. Assim, temos como intenção maior, tornar nosso PPP vivo e eficiente, servindo de parâmetro e guia para discutirmos referências, experiências, ações e metas previstas para curto, médio e longo prazo. Temos como objetivo neste relato, apresentar os encontros vivenciados para a revisão do PPP, bem como apresentar os compromissos feitos a partir dessa reelaboração.

2 METODOLOGIA

Desenvolvemos entre os meses de outubro a dezembro de 2017, atividades voltadas para análise e reescrita do Projeto Político Pedagógico da Escola - PPP. As atividades foram pautadas em uma metodologia participativa propondo momentos de reflexão, análise e estudos. Assim, durante este período realizamos cinco encontros priorizando a participação de vários segmentos.

O primeiro encontro foi voltado para análise do PPP já existente, considerando os dispositivos legais (LDB, DCN, Decretos etc.). Contamos com a participação da equipe gestora e docentes. Pontuamos os pontos relevantes destacados pela equipe e no coletivo percebemos a necessidade de redução de ações e separação das metas previstas para curto, médio e longo prazo. A figura 1 retrata esse momento.

Figura 1 – Registro da reunião realizada com os/as docentes.



Fonte: Acervo da escola.

No dia 10 de novembro de 2017, foi realizado encontro presencial entre os(as) docentes, a gestão e coordenação, na escola Telma Leandro. Recebemos orientações pelos(as) professores(as) formadores(as) para reescrita do PPP. Neste dia, realizamos votação para composição de uma equipe para sistematizar as discussões e elaborar o documento final. Ficou acordado que seriam posteriormente integradas a essa equipe pessoas da comunidade escolar.

Tendo como pressuposto as proposições de Veiga (1995), de que o PPP é uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente, realizamos no dia 14 de novembro, com a comunidade escolar e equipe gestora, momento de análise, reflexão e tomada de decisões no coletivo, para a reescrita do documento (Figura 2).

Figura 2 – Foto da reunião realizada com os pais e mães.



Fonte: Acervo da escola.

No dia 05 de dezembro aconteceu o encontro com os/as alunos/as protagonistas juvenis (Figura 3), momento reflexivo onde apresentamos ações voltadas para os processos de ensino e de aprendizagem. Pontuamos que é priorizada a formação de alunos/as cidadãos/ãs participativos/as, responsáveis, compromissados/as, críticos/as e criativos/as.

Figura 3 – Foto do encontro realizado com os/as alunos/as protagonistas juvenis.



Fonte: Acervo da escola.

Finalizamos nosso cronograma de encontros para reescrita do PPP com um momento voltado para a educação inclusiva, onde junto com os intérpretes de libras e alunos/as deficientes (Figura 4) analisamos e pontuamos algumas ações relacionadas a essa área. Alteramos a missão da escola contemplando a educação inclusiva, respeitando os princípios da educação baseados na LDB (BRASIL, 1996), entre eles: igualdade, liberdade, respeito, valorização, gestão democrática, qualidade e diversidade.

Figura 4 – Foto da reunião realizada com alunos/as da educação especial e intérpretes de libras.



Fonte: Acervo da escola.

3 DISCUSSÃO

Vivemos uma experiência transformadora voltada para análise e reflexão frente ao nosso PPP, apreciando os dispositivos legais que orientam o planejamento da escola. Considerando também, que o PPP é um documento que contempla toda organização existente no âmbito escolar. Ao revisarmos o PPP, levamos em consideração orientações recebidas pelos formadores durante o Curso de Formação Continuada do Município. Essas orientações favoreceram nossos momentos de estudos e reflexão, nos fazendo perceber ao

longo dos encontros, a importância de citarmos as metas atingidas, dando mais ênfase às prioridades da escola. Analisando as metas e ações, compreendemos a necessidade de redução e de separação, destacando as que poderão ser alcançadas em curto, médio e longo prazo.

Realizamos cinco encontros com o objetivo de analisarmos, refletirmos e discutirmos o nosso PPP. As discussões levantadas fortaleceram a equipe para tomada de decisões e nos fizeram ver de forma mais nítida a necessidade da participação da comunidade nestas decisões tomadas. Ao analisarmos o nosso projeto, percebemos também a ausência de algumas ações importantes que obtiveram resultados exitosos para escola e que não estavam presentes no nosso projeto.

Não podemos pecar por excesso nem por omissão, deverá estar registrado tudo de forma clara e fidedigna. Ao realizarmos encontro com equipe da educação especial, com a presença dos intérpretes de libras e alunos/as, percebemos a necessidade de acrescentarmos na missão da escola uma palavra que deixasse clara a valorização por parte da escola no que se refere ao trabalho de inclusão. Mesmo desenvolvendo um trabalho belíssimo de inclusão, ao lermos a missão da escola não sentíamos a presença desta informação qual seja: diversidade.

Avaliamos que se a comunidade conhecesse mais e se houvesse maior interação da comunidade no processo de formulação do PPP, bem como na sua aplicabilidade o processo participativo seria mais ativo e haveria maior comprometimento por parte de todos(as). Pois, quando temos pouco conhecimento de algo ficamos mais na condição de ouvinte.

Não podemos perder de vista as três lentes de uso simultâneo e complementar: Visão de longo alcance (para onde estamos indo), visão imediata (por aonde vou), visão retroativa (de onde venho). Consideramos que esse trabalho de ação reflexão não nos deixará perder o foco, para tanto parafraseamos Lewis Carroll no conto Alice no País das Maravilhas: “se você não sabe para onde está indo, qualquer caminho te levará lá”.

4 CONCLUSÃO

É necessário que os(as) docentes e a equipe gestora escolar estejam em constante processo de formação continuada, melhorando sua prática e conhecimento profissional. Durante os encontros de formação continuada compartilhamos conhecimentos e experiências e refletimos sobre nossas ações e práticas exercidas no espaço escolar. Vários temas foram abordados e várias atividades foram desenvolvidas. Cada atividade nos proporcionava oportunidade de ação e reflexão, levando-nos a pensar sobre os conhecimentos inerentes a realização da *práxis* educativa. Dentro desta reflexão percebemos a necessidade de aprofundarmos e revisarmos o nosso PPP.

Compreendendo que essa ação deve ser oportunizada a todos(as) que fazem parte da comunidade escolar, realizamos vários encontros que proporcionaram a discussão, reflexão e avaliação. Libâneo (2013) ressalta que o PPP sintetiza o que temos, o que desejamos, o que faremos em função do que desejamos e como saber se o que estamos fazendo corresponde ao que desejamos. Para respondermos a esse questionamento precisamos estar em constante avaliação e discussão sobre as nossas ações, essa avaliação institucional tanto interna e quanto externa mostra se estamos no caminho certo.

Os encontros que realizamos com a participação da comunidade, pais, professores(as), equipe gestora, conselhos, intérpretes de libras, alunos/as e demais segmentos, ratificaram o seguinte aporte teórico de que um Projeto Político Pedagógico corretamente construído ajuda a pensar os processos de ensino e de aprendizagem com melhor qualidade e torna-se possível provocar mudanças (VEIGA, 1995). A mudança que almejamos ver em nossa escola - e estamos trabalhando com esse propósito, é ver a participação ativa da comunidade escolar, trazendo as famílias para escola de forma prazerosa. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998) para que aconteça a interação entre a escola e a comunidade, é preciso buscar formas para que a escola esteja mais presente no dia a dia da comunidade e também o inverso. De modo que a escola e os/as estudantes e professores(as)

possam se envolver em atividades voltadas para o bem-estar de sua comunidade, erradicando a prática da presença dos pais/comunidade para atender a meras formalidades ou reclamações e apresentações do sucesso ou insucesso dos/as alunos/as. Essa presença deve ser prazerosa e que eles sintam a sensação de pertencimento.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal 9.394/96. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEE, 1998.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. **Anais...** In: MEC. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/08 a 2/9/94. 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

MARQUES, Mário Osório. Projeto pedagógico: a marca da escola. In: **Revista Educação e Contexto**. Projeto pedagógico e identidade da escola nº 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 3.ed. Campinas - SP: Papyrus, 1995.

ESCOLA MUNICIPAL DERMEVAL ALVES DE MIRANDA

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A REESCRITA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DERMEVAL ALVES DE MIRANDA

Jaqueline Pinto Ribeiro Lira
Eliane Ferreira da Silva
Maria Goretti C. de Moraes Silva

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que o Projeto Político Pedagógico não deve deixar de ser produto de um trabalho coletivo, que busca alternativas comuns que modifiquem a realidade escolar, permitindo avaliar o que foi feito e projetar mudanças.

Considerando que o Projeto Político Pedagógico deve prever todas as etapas necessárias para o sucesso escolar, do pedagógico ao administrativo, foi proposto que na elaboração do mesmo tivesse a participação de representantes de todos os segmentos, contemplando as ideias dos interessados na melhoria da escola.

Deste modo, buscando a prestação de um serviço eficiente, no sentido de ajudar a solucionar problemas e de propor melhorias no funcionamento da escola o Projeto Político Pedagógico foi idealizado “como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar” (VASCONCELLOS, 2000, p.169). Assim, foram fundamentais os momentos de discussão sobre o que tem que ser feito, qual o caminho a ser traçado e como segui-lo.

Atualmente, os dados educacionais levantados na escola relatam a real necessidade de minimizar a distorção idade/série por meio de oportunidades didático-pedagógicas que impeçam o aumento do distanciamento entre

idade/série; suprimir os índices de reprovação vivenciando projetos que propicie um ambiente de ritmos de aprendizagem igualitários; e atingir a meta prevista pelo IDEB para os anos seguintes através de projetos que venham a contemplar as habilidades exigidas pelo SAEB.

Visando redirecionar e aperfeiçoar nossa prática educativa e nossas realizações socioculturais priorizamos uma política educacional voltada para “o acesso pleno a educação”, “a oferta de uma educação de qualidade”, “a participação ativa da comunidade escolar em todos os eventos” e “ao pleno desenvolvimento do ser humano como parte integrante da sociedade”.

Portanto, o objetivo deste relato é apresentar a reorganização realizada no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dermeval Alves de Miranda a partir de sua revisão.

2 METODOLOGIA

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dermeval Alves de Miranda foi revisitado por meio de um processo coletivo de reflexão da comunidade escolar nos últimos meses do ano de 2017. Com encontros sistemáticos, foram detectados os maiores problemas da escola, bem como quais as ações que seriam adotadas para saná-los. Todos os segmentos da comunidade escolar tiveram a oportunidade de opinar sobre o assunto em pauta, nas várias reuniões organizadas com esse propósito. Temos o entendimento de que o Projeto Político Pedagógico não encerra a discussão, pois trata-se de um documento em construção, permitindo ser revisitado a qualquer momento, dependendo das necessidades surgidas. Segundo Veiga (1995) a formulação, ou (re) reformulação do projeto político pedagógico, deve ser coletiva e integradora, onde para sua elaboração, execução e avaliação, torna-se necessário estabelecer um clima de diálogo, cooperação e negociação, entre a comunidade escolar, assegurando-lhe o direito de intervirem e se comprometerem com a tomada de decisões e em todos os aspectos que afetam a vida da escola. Devendo ser cotidianamente consultado para respaldar qualquer planejamento.

3 DISCUSSÃO

A partir das discussões ocorridas nas formações sobre como elaborar um projeto político pedagógico que contemple toda organização existente no âmbito escolar, foram organizados na escola encontros sistemáticos para que fosse feita uma análise mais profunda que considerasse as orientações recebidas nas referidas formações. Frente a isso, o mesmo foi reescrito e submetido à aprovação da assembleia com participação efetiva do Conselho Escolar. Observou-se durante essa reescrita que o Plano de Ação foi o aspecto que mais sofreu alterações, pois antes não eram apontados os sujeitos responsáveis por cada ação, ficando a gestão com as maiores responsabilidades na execução das mesmas. Como não se estabelecia no momento de sua elaboração os responsáveis por cada ação ocorriam que, durante o processo ninguém se preocupava por executá-la, ficando a cargo da gestão o compromisso de pô-las em prática o que contribuía para que, devido as demandas, muitas dessas ações deixassem de ser aplicadas, percebendo-se às vezes ao final do ano letivo que muitos planos ficaram apenas no papel.

Diante dessa realidade, tomou-se isso como foco principal das discussões, resultando em um plano de ação mais consistente e plausível, contemplando principalmente a participação da família e do Conselho Escolar em todas as decisões referentes ao andamento escolar.

Com ações voltadas ao fortalecimento do Conselho Escolar, fica garantida uma forte parceria presente no desenvolvimento das ações elencadas.

3.1 Apresentação das ações no PPP antes da reformulação

As ações aqui determinadas serão distribuídas com as dimensões que compõem o Projeto Político Pedagógico.

- A) Desenvolver metodologias de ensino e avaliação que permitam o desenvolvimento do potencial de criticidade, iniciativa e criatividade do aluno.
- B) Fortalecer uma linha comum de ação, promovendo em seu interior a unidade pedagógica;
- C) Propiciar a revitalização e capacitação permanente do educador;
- D) Possibilitar a integração das diversas áreas do ensino e dos diversos setores da escola de modo a permitir a articulação das atividades didático-pedagógicas;
- E) Privilegiar o trabalho coletivo na construção de projetos, vivências de atividades e datas comemorativas;
- F) Incentivar a participação dos professores, alunos e comunidade nas atividades esportivas, culturais e religiosas;
- G) Garantir o calendário escolar e os 200 dias letivos fortalecendo assim a qualidade do ensino e da aprendizagem;
- H) Promover atividades diversificadas tais como: palestras, seminários, feiras de conhecimento, gincanas, torneios esportivos e etc. como forma de trabalhar os temas transversais;
- I) Assegurar a participação ativa dos pais e/ou responsáveis nas atividades escolares para que tenham o conhecimento do desempenho escolar de seu filho;
- J) Desenvolver projetos didáticos para dinamizar a prática em sala de aula com a utilização de apoio pedagógico;
- K) Desenvolver projetos com a finalidade de elevar autoestima dos alunos tais como: projeto de arte, projeto de música, projeto esportivo;
- L) Vivenciar datas comemorativas de forma significativa através de miniprojetos;
- M) Motivar os alunos na disciplina de matemática transformando as aulas prazerosas com a utilização dos seguintes materiais: régua, transferidor, ábaco, material dourado, tangram, cubos das frações, damas, xadrez entre outros jogos;
- N) Realizar uma oficina sobre jogos matemáticos;

- O) Realizar reuniões periódicas com o Conselho Escolar e professores para discutir ações visando alternativas para evitar a repetência dos alunos;
- P) Promover reuniões com os pais e professores dos alunos que demonstram desinteresse pelas aulas e pela escola;
- Q) Realizar visitas às casas daqueles alunos que mostram desinteresse pelos estudos;
- R) Promover ações durante o período letivo visando preparar os alunos para as provas externas, aumentar o índice de aprovação e reduzir a evasão escolar;
- S) Promover simulados e aulas periódicos visando um melhor desempenho nas provas externas;
- T) Garantir o cumprimento das aulas atividades e participação nas formações por parte dos(as) professores(as), mantendo na escola registros de frequência;
- U) Vivenciar o Projeto de Leitura “Toda a Escola Lendo” durante o ano letivo visando desenvolver o comportamento leitor, estimulando nos alunos o prazer de ler;
- V) Vivenciar o Projeto de Matemática “Aprendendo Matemática Brincando”, tendo como objetivo utilizar jogos e brincadeiras na transmissão de conteúdos matemáticos.

3.2 Esquema do plano de ação após a reformulação

Pode-se observar no quadro 1 as alterações realizadas no plano de ação a partir das discussões provocadas nos encontros promovidos após os momentos de formações.

Quadro 1 – Sistematização das ações e metas.

METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES
Projeto Político Pedagógico (PPP)	Revisitar a proposta pedagógica, observando as ações como estão sendo desenvolvidas, adotando estratégias que garantam o bom andamento escolar;	Equipe Gestora, Pais, Docentes, pessoal administrativo e o Conselho Escolar
Elevar o quantitativo de matrícula	Apresentar um bom desempenho acadêmico no intuito de ventilar uma propaganda positiva da escola, elevando assim o número de alunos matriculados;	Toda comunidade escolar
Melhorar o nível de aprendizagem	Incentivar a inovação da prática pedagógica com o uso de meios tecnológicos, atividades diferenciadas, impressas, lúdicas, fora do “espaço” sala de aula, reforço escolar e a participação nas oficinas do Novo Mais Educação, assegurando um desempenho de excelência nos processos de ensino e aprendizagem;	Equipe Gestora, Pais e Docentes
Elevar o índice de aprovação	Acompanhar sistematicamente o desempenho dos alunos em relação à aprendizagem e frequência, adotando medidas para intervenções imediatas dos (as) estudantes com baixo rendimento;	Educadora de Apoio
Zelar pela frequência escolar;	Promover atividades que estimulem o interesse dos estudantes e a sua permanência na escola, buscando parcerias com o Conselho Tutelar, a Promotoria Pública e os monitores do Programa Novo Mais Educação; Realizar visitas às residências dos estudantes; Realizar o monitoramento dos estudantes com mais de 03 ausências com suas respectivas justificativas;	Equipe Gestora Pais, Docentes e o Conselho Escolar
Garantir a alfabetização na idade certa	Oferecer atendimento diferenciado para meninos e meninas que apresentem dificuldades na aprendizagem;	Equipe Gestora, Pais, Docentes e o Conselho Escolar
Garantir a eficácia do tempo pedagógico	Conscientizar o corpo docente e discente quanto à pontualidade e vivência do horário escolar e a elaboração de planejamento de aula;	Equipe Gestora, Docentes e o Conselho Escolar
Estimular a participação da família na escola	Incentivar a participação da família nos projetos pedagógicos, festividades (dia das mães, dos pais, gincana cultural, dia do estudante e outros), reuniões de pais e mestres, família na escola, Plantão Pedagógico;	Equipe Gestora, Pais, Docentes e o Conselho Escolar
Incentivar a gestão democrática e participativa na escola	Realizar encontros entre a Família e Escola incentivando a participação da comunidade escolar nas decisões da escola;	Equipe Gestora
Fortalecer o Conselho Escolar	Garantir Reuniões bimestrais com o Conselho Escolar debatendo temas que fortaleça as atribuições;	Equipe Gestora

Implementar o atendimento diferenciado	Atender no contra turno aqueles alunos (as) que apresentem dificuldades de aprendizagem, possibilitando que os mesmos desenvolvam competências e habilidades,	Equipe Gestora, Pais, Docentes, pessoal administrativo e o Conselho Escolar
Melhorar os resultados das avaliações externas (SAEPE PROVA BRASIL), atingindo ou superando os índices previstos	Elaborar e aplicar simulados contemplando os indicadores das avaliações externas; Analisar os resultados dos simulados; Elaborar aulas, visando atender as dificuldades apresentadas pelos estudantes durante a aplicação dos simulados;	Equipe Gestora, Pais, Docentes
Elaborar Planejamento com os (as) professores(as)/educadora de Apoio e garantir a participação dos docentes nas Formações Continuadas.	Garantir a participação dos(as) professores(as) nas formações promovidas pela SEMED, bem como acompanhar a elaboração e execução do planejamento;	Equipe Gestora, Docentes
Vivenciar os Projetos de Leitura e Matemática	Elaborar, executar e divulgar os Projetos de Leitura e Matemática;	Equipe Gestora, Pais, Docentes e o Conselho Escolar
Incentivar a participação efetiva de toda a comunidade escolar nos Projetos Sexualidade, Meio Ambiente, Afro Indígena e Drogas.	Elaborar, executar e divulgar os Projetos: Sexualidade, Meio Ambiente, Afro Indígena e Drogas;	Toda comunidade escolar
Garantir o cumprimento da Lei 12.146/2015 – Estatuto da pessoa com Deficiência.	Oferecer atendimento diferenciado para discentes com necessidades educativas especiais. Garantir a participação dos discentes que apresentam deficiência física e/ou cognitiva nas atividades diversas da escola.	Equipe Gestora, Docentes e o Conselho Escolar

Fonte: Produção dos/as autores/as.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto foi percebido que, com a participação efetiva da comunidade escolar, o Projeto Político Pedagógico está baseado nas reais necessidades da escola com metas para curto e longo prazo. Nesse sentido, ele reflete a verdadeira identidade da escola, levando os sujeitos envolvidos a participar ativamente de todo o processo, deixando claras as responsabilidades de cada elemento representante dos segmentos, incluindo as parcerias. Desse modo, o sentimento de pertencimento fica mais forte, estreitando os laços entre escola, família e comunidade, contribuindo significativamente para a

construção de uma escola mais democrática e acessível, cumprindo seu papel de formar cidadãos críticos e transformadores de seu meio.

5 REFERÊNCIAS

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 3.ed. Campinas - SP: Papyrus, 1995.

ESCOLA MUNICIPAL JADER CARLOS DA SILVA

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR

Equipe gestora:

Hevea Liana da Silva Barros

Maria Betânia Diniz de Barros

Adélia Maria Nascimento da Mata

Representante dos Professores:

Aurice Rodrigues Bezerra da Silva

Juliana Kelly de Carvalho

Intéprete de libras:

Ludimila Elena de Andrade Silva

Representante do Conselho Escolar:

Cristiane Gomes de Souza Santos

Representante da Comunidade local:

Daiana Batista de Barros

Representante dos Estudante:

Júlia Fernanda da Silva

Representante dos pais:

Lucitelma Conceição da Silva

Representante dos Administrativos:

Marta Araújo de Carvalho Ramos

Técnica da SEMED:

Rute Maria da Costa

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) é um instrumento necessário e fundamental a todo fazer pedagógico. Ele representa a identidade da escola, a autonomia e o compromisso de todos(as) na busca por uma escola democrática, plural e atuante. Assim, falar em Projeto Político Pedagógico é, sobretudo, falar de comprometimento, participação e ação pedagógica. Sem esse tripé, torna-se inviável qualquer que seja o projeto ou proposta de ensino e aprendizagem para a melhoria da qualidade da educação.

O Projeto Político Pedagógico representa, pois, a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os(as) docentes e a comunidade definirem seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas

ações, visando atingir os objetivos a que se propõem. É o norteador da vida escolar.

O presente texto visa relatar a intervenção na Escola Municipal Jader Carlos da Silva, situada à Rua Petronilo Parísio, S/N, bairro Santo Antônio, Palmares – PE, para detectar os problemas encontrados e a necessidade de revisar e adequar o Projeto Político Pedagógico da Escola já existente, ao contexto social em que a mesma está inserida. E a partir de então, buscar solucionar ou amenizar as dificuldades existentes na perspectiva de torná-lo um instrumento eficaz no enfrentamento dos obstáculos que surgem no decorrer do processo escolar.

Mediante discussão realizada, a equipe de sistematização da Escola Municipal Jader Carlos da Silva teve como objetivo revisar o Projeto Político Pedagógico da Escola em conjunto com toda a comunidade escolar realizando momentos de estudos, reuniões, reflexões e planejamento de ações. A partir disso, elencou como problema principal: a falta de acompanhamento de algumas famílias, gerando indisciplina por parte de alguns estudantes e resultando no baixo rendimento escolar dos mesmos.

Nessa perspectiva, a equipe de sistematização propôs desenvolver projetos que envolvam as famílias nas atividades escolares, como também buscar parcerias com a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social para fortalecer a relação escola e família; utilizar recursos didáticos-pedagógicos e todas as tecnologias disponíveis para amenizar o baixo desempenho de aprendizagem. Envolvendo cada vez mais a comunidade escolar nas ações pedagógicas da escola, para fortalecer a missão de assegurar um ensino de qualidade. Garantindo o acesso e a permanência dos(as) estudantes na escola, pautado na formação do cidadão e sua inclusão no mundo do conhecimento, por meio de sua participação ativa.

2 CAMINHOS PERCORRIDOS

Durante os meses de outubro a dezembro de 2017, no período da manhã, o horário mais propício a todos os participantes, a equipe de

sistematização desenvolveu atividades como momentos de estudos, reflexões e planejamento de ações, no intuito de melhorar o Projeto Político Pedagógico da Escola. A partir de informações já coletadas, fizemos análise a fim de compreender a realidade, para buscar soluções aos problemas existentes.

Para Libâneo (1998), a escola com a qual sonhamos deve assegurar a todos(as) a formação. Ela deve ajudar o(a) aluno(a) a transformar-se em um sujeito pensante, capaz de utilizar seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores.

Então, mediante tal afirmação, restam-nos fazer duas perguntas: que papel cabe à escola nos dias atuais? A escola está cumprindo com sua função social? Essas indagações são provocativas, mas, ao mesmo tempo precisas, em se tratando de buscar alternativas viáveis de ensino e aprendizagem que façam da escola um espaço do conhecimento e da democracia, ciente de sua missão perante um ensino de qualidade.

Resgatando o caminho percorrido, primeiramente participamos de uma formação com todos os professores da escola e técnicos da SEMED, realizada pela UFPE em parceria com a Secretaria Municipal de Educação dos Palmares, para juntos refletirmos sobre a importância do PPP ser construído de forma coletiva e participativa. Reunindo a curto, médio e em longo prazo as metas e as ações pedagógicas planejadas para o período de 2018-2020, na perspectiva de direcionar a prática pedagógica visando a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, assim como o sucesso escolar.

No segundo momento, organizamos um cronograma de atividades que foram desenvolvidas entre outubro e dezembro, envolvendo a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, equipe gestora, pais, estudantes, representantes da comunidade no entorno da escola.

Convidados, com antecedência, toda a comunidade escolar discutiu anseios, objetivos e metas a serem alcançados dentro da nossa realidade. O estudo foi de grande relevância, pois a maioria dos presentes nunca havia participado desse momento, onde foi apresentado o PPP, falado sobre a sua importância e feito uma reflexão sobre seus princípios e concepções que norteiam as ações políticas e pedagógicas da escola. Neste encontro (Figura

1), escolhemos através de votação, os representantes de todos os segmentos para a composição da equipe de acompanhamento das ações.

Figura 1 – Primeiro encontro com os segmentos da comunidade escolar para análise e revisão do PPP, período 2018-2020.



Fonte: Acervo da escola.

No terceiro momento, aplicamos junto a todos os participantes uma avaliação institucional (questionário), envolvendo estudantes, docentes, funcionários, pais e todos os segmentos da sociedade convidados, através do processo metodológico quantitativo, nos dois turnos.

Posteriormente, foi entregue a equipe de sistematização o levantamento dos dados ou resultados dos rendimentos internos e externos (PROVA BRASIL/SAEPE/ANA) da escola, que junto a equipe gestora escolar fizeram uma análise e reflexão dos resultados (Figura 2), discutindo sobre o objetivo

maior da escola que é o ensino-aprendizagem sempre na perspectiva de elevar os indicadores de qualidade da educação básica (IDEB).

Figura 2 – Encontro para consolidação das avaliações institucionais internas e análise das externas.



Fonte: Acervo da escola.

No quarto momento o grupo de trabalho analisou e traçou as metas, bem como as ações para os próximos três anos (2018-2020), buscando soluções para os problemas elencados anteriormente, através das ideias que surgiram no grupo, onde todas as ações foram registradas em livro de ata, como forma de preservar o processo e organização dos trabalhos. A

Coordenadora de Apoio realizou uma explanação sobre a construção coletiva do PPP, através de slides, tirando dúvidas e respondendo questionamentos que surgiam. Professores(as), pais, estudantes e os demais representantes presentes, apresentaram soluções que podem ser vivenciadas no cotidiano escolar para solucionar os problemas. Esse momento é apresentado na figura 3.

Figura 3 – Encontro para traçar metas e ações para o período de 2018-2020.



Fonte: Acervo da escola.

No quinto momento, de posse de todos os registros, o grupo de trabalho buscou referencial teórico para sistematizar as ações. Nesse encontro foram elencadas todas as ações políticas e pedagógicas, visando a melhoria do ensino, para que a escola tenha subsídio para reexaminar sua visão de escola e a partir disso, programar suas ações.

Por fim, após a organização de todo o material, foi gerado o documento que retrata a identidade da Escola Municipal Jader Carlos da Silva, o PPP, construído coletivamente, definindo o que temos, o que somos e o que queremos para uma escola de qualidade para todos (Figura 4).

Figura 4 – Encontro com os participantes para socialização das modificações do PPP, apreciação e aprovação para os anos de 2018-2020.



Fonte: Acervo da escola.

No dia 20 de dezembro, foi entregue o Relato das Experiência por escrito à Secretaria Municipal de Educação e apresentado em forma de pôster na culminância do Programa de Formação Continuada da UFPE.

3 DISCUSSÃO

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB) nº. 9394/96 (BRASIL, 1996) regulamenta a gestão democrática das escolas públicas, onde apresenta em um dos seus capítulos, a necessidade da escola elaborar e executar sua proposta pedagógica. Uma vez que ela é o lugar da concepção, realização e avaliação do seu projeto educativo, e que desenvolve o trabalho pedagógico baseado em sua realidade, sendo norteada por referenciais existentes no sistema de ensino.

O momento de discussão do Projeto Político Pedagógico possibilitou à escola refletir e melhorar sua prática, buscando um novo olhar diante das situações que precisam ser modificadas. Por ser projeto, ele apresenta propostas sempre em construção; por ter dimensão política, está comprometido com a formação dos(as) estudantes como cidadãos que atuarão individual e coletivamente na sociedade e serão os responsáveis pela construção de seus caminhos; e por ser pedagógico, possibilita a efetivação da organização das atividades e ações educativas necessárias para o ensino-aprendizagem.

Em relação aos resultados da avaliação institucional da escola foram aplicados em média 100 (cem) questionários aos docentes, estudantes, pais e representantes da comunidade local. Por meio da análise, pudemos constatar que apesar da maioria afirmar saber da existência do Projeto Político Pedagógico da escola, 18 participantes revelaram nunca ter participado do processo de construção ou revisão do mesmo, dentre eles, pais e pessoas da comunidade local. Mas todos consideraram de grande relevância esta prática para o fortalecimento da gestão democrática. Tanto os pais quanto os(as) estudantes da Escola Municipal Jader Carlos da Silva, avaliaram o ensino como de boa qualidade. Em relação ao acompanhamento da vida escolar dos(as) seus(as) filhos(as), 9 (nove) dos pais participantes responderam que só acompanham quando são convocados pela coordenação pedagógica, direção ou professor(a) da instituição. Dos 50 (cinquenta) estudantes participantes da entrevista, 36 (trinta e seis) afirmam que os pais dispõem de tempo para

auxiliar nas atividades de casa e 14 (quatorze) que os pais deixam a desejar e deveriam auxiliar mais, nos levando a constatar o motivo pelo qual alguns dos(as) nossos(as) estudantes apresentam dificuldade na aprendizagem. 95% dos participantes, consideraram o relacionamento entre escola (equipe gestora, professores(as) e funcionários) e comunidade, muito bom. Em relação às críticas, elogios e sugestões, 20 estudantes do turno da manhã afirmaram estar insatisfeitos com o preparo da merenda. Os participantes consideraram a escola boa, com ensino de qualidade, onde em sua maioria são tratados bem por todos. Sugeriram que nos próximos anos realizássemos oficinas de pintura e artesanato para os pais e pessoas da comunidade.

Discutimos e valorizamos as ideias de todo o grupo de acompanhamento, sendo flexíveis nas discussões administrativas e pedagógicas. Esta prática faz com que o pluralismo de ideias seja valorizado, pois o resultado das ações da escola vai efetivar a melhoria da educação e o comprometimento de todos os envolvidos. Daí a importância que as decisões coletivas sejam abraçadas com responsabilidade por todos.

As alterações foram feitas conforme o ponto de vista da equipe que ao discutir o assunto sempre tinha a preocupação de tornar mais clara a importância da transparência das informações de acordo com a realidade do contexto da escola.

Diante dos fatos, o trabalho construído ao longo desses quase três meses, viabilizou a percepção pelos integrantes do grupo de acompanhamento das ações, que o processo de elaboração do PPP será enriquecido se houver participação dos outros sujeitos do processo: estudantes e família, e que estaria incompleto se a escola não possibilitasse esse movimento de construção para com esses sujeitos.

4 CONCLUSÃO

Revisar o Projeto Político Pedagógico da Escola não é fácil, necessita do esforço e vontade de todos em querer. Descentralizando a responsabilidade para que a gestão se torne democrática. Esse momento nos

obrigou a repensar a educação coletivamente, respeitando a diversidade e oportunizando a participação, interação e organização dos trabalhos pedagógicos. Nas palavras de Marques (1990, p.21),

a participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação.

A comunidade escolar, principalmente os pais ou responsáveis pelos(as) estudantes, precisa ser participativa, onde a escola deve ser a responsável por estreitar essa relação e criar meios de garantir a democracia. Essa interação já começou a acontecer. As estratégias de integração da escola e comunidade escolar foram traçadas, agora precisam ser efetivadas no caminho que se tem a seguir.

A revisão do PPP da escola contribuiu para esclarecer a todos(as) da comunidade escolar, que a educação não deve ser vista como um período preparatório para o Ensino Fundamental, mas como uma preparação onde o indivíduo poderá ser capaz de desempenhar seu papel na sociedade de forma crítica e participativa.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal 9.394/96. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

MARQUES, Mário Osório. Projeto pedagógico: a marca da escola. In: **Revista Educação e Contexto**. Projeto pedagógico e identidade da escola nº 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

ESCOLA MUNICIPAL JAYME DE CASTRO MONTENEGRO

ESTRATÉGIAS DE AÇÕES PARA FORTALECER O PPP DA ESCOLA JAYME DE CASTRO MONTENEGRO

Equipe gestora - Ednilza Tavares Trindade Paixão
Rita de Cássia Nogueira Sales
Sonny Maria Gomes da Silva

Representantes dos professores - Ana Carolina Santos Rodrigues
Izabel Cristina Melo da Cunha Silles

Representante da comunidade local - Lucicleide Maria Lima

Representante dos estudantes - Rodrigo Lima R. Alves

Representante do administrativo - Aévila Ferreira Lima Feijó.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a importância do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Jayme de Castro Montenegro, doravante denominado PPP, na organização da comunidade escolar e de práticas de ensino. Mais precisamente, propõe-se analisar a escola como comunidade e o papel da construção e efetivação do PPP na organização e funcionamento dessa comunidade. O PPP e sua organização têm sido bastante discutidos na área da educação. Conforme Veiga (1995, p. 11), o PPP tem-se constituído como “objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino”.

O PPP está presente na escola por escolha da comunidade em constituir uma identidade para a instituição e definir os papéis dos atores envolvidos. Com os protagonistas desvelados, situados em uma materialidade e em um momento histórico, passamos agora a relatar como se deu o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Jayme de

Castro Montenegro. As reuniões para discussão desse projeto ocorreram desde o início de 2017, com a revisão das metas no início do ano letivo.

Ao discutir as questões referentes à escola o problema mais gritante, abordado por todos(as) na ocasião, foi a indisciplina escolar. Seja qual for o ambiente, é necessário que esteja preservado por regras e combinados que regularizam o comportamento e a convivência daqueles que nele estão inseridos. A quebra dessas regras ou o descumprimento dos combinados traduz a indisciplina. As causas para a indisciplina são inúmeras. Porém, antes de qualquer julgamento, é preciso avaliar o contexto em que os jovens estão inseridos. Partimos de alguns questionamentos para refletirmos sobre o problema proposto:

- Qual a realidade que a escola apresenta para esses estudantes?
- Como é o ambiente familiar?
- De que forma os jovens lidam com suas emoções?
- Qual o contexto social que os jovens estão inseridos?

Todos esses aspectos podem influenciar direta e indiretamente no comportamento dos alunos. No início do ano letivo foi matriculado um quantitativo excedente de alunos em todas as turmas, devido a localidade e a preferência da escola pela comunidade. Por isso, causou uma série de ocorrência de atos de indisciplina.

Nos últimos anos a questão da indisciplina e os problemas que a acarretam em sala de aula têm se acentuado, provocando junto ao corpo docente motivos de preocupações e reflexão em busca de possíveis alternativas que visam atenuar as consequências causadas por esse tipo de comportamento. Parece que esse problema tomou proporções alarmantes e que se tornou uma realidade em âmbito mundial atingindo não só uma ou outra classe social, mas permeando todas as classes sociais. A escola não consiste somente em um lugar onde são repassadas informações ou ensinadas técnicas e estratégias, mas também se constitui um lugar e momento propícios para a formação de valores aos nossos estudantes.

2 PERCURSO DOS ENCONTROS

No dia 10 de novembro de 2017, houve um momento bastante proveitoso para nossa escola, pois juntos em uma reunião fora de nossa escola, elencamos problemas que enfrentamos na instituição de ensino. Debates acerca das dificuldades procurando soluções a curto, médio e longo prazo. E dessa forma cumprir o papel social da escola. Nesse momento, com a participação de mais de 80% dos professores mostrando retrato fiel da realidade, dos anseios, dos sonhos e das práticas da escola. Na discussão chegamos à conclusão que uma das maiores dificuldades que temos é a indisciplina, ou seja, é nosso maior problema por diversos fatores como: o número de alunos excedentes por sala, o acompanhamento familiar que em muitos casos não existe, o espaço físico da escola não comporta a quantidade de alunos, necessitando assim de uma reforma. No entanto, não nos cabe essa responsabilidade de reforma da infraestrutura, pois é a SEMED que precisa ter um olhar voltado para nossa comunidade e efetivar uma pequena reforma para oferecer uma estrutura melhor. Essa questão da reforma não podemos resolver, pois a escola não dispõe de recurso para esse fim, então discutimos o âmbito pedagógico e administrativo.

Nos dias 1 e 15 de dezembro foram feitas reuniões com os pais, estudantes e a equipe gestora. A coordenadora começou a relatar os problemas ocorridos na escola no decorrer do ano letivo de 2017, como indisciplina, falta de respeito, *bullying*, desinteresse, entre outros aspectos, onde foi feito o levantamento dos motivos que causam tais situações, já citados. A coordenadora iniciou um debate com os presentes sobre o ambiente familiar, comparando ao ambiente escolar, sobre os horários e regras, onde os mesmos expuseram que em suas casas têm horários e limites o que não sido respeitado na escola. Também foi abordado o uso de celular em sala de aula e o uso exagerado do mesmo no dia a dia do(a) estudante, dentro e fora da escola, assim como os limites impostos pelos pais sobre tais uso. Diante do que foi discutido, a coordenadora expôs todo o contexto trabalhado no ano letivo para amenizar os problemas. Juntos, fizeram um diagnóstico atual da escola a fim

de traçar metas e mudanças ao PPP. Um dos alunos sugeriu uma divisão de intervalo para amenizar os problemas de *bullying*, empurrões e tapas no corredor do banheiro. A mãe presente também sugeriu a presença dos pais nas palestras ocorridas na escola. A figura 1 ilustra este momento.

Figura 1 – Fotos das reuniões realizadas com pais estudantes e equipe gestora.



Fonte: Acervo da escola.

A gestora solicitou aos presentes na reunião, sugestões de estratégias para resgatar a família na participação escolar. Foi então, sugerido envolver os pais na escola através de dotes culinários, artesanato, jogos interclasse, campeonato de xadrez, dama entre outros, oferecendo cursos na escola aos estudantes. O ponto chave da reunião foi trabalhar os projetos sobre indisciplina no início do ano letivo, com o objetivo de conquistar os pais para participarem das atividades desenvolvidas na escola. Foi discutido também o Novo Mais Educação (NME) que pode auxiliar na aprendizagem diminuindo as dificuldades dos estudantes. Outras sugestões surgiram, a saber: um apadrinhamento de pais em cada turma; A criação de um grêmio estudantil; Formação de um grupo de estudantes colaboradores; Alunos representantes de sala com critérios para serem eleitos. Destacamos que todas as sugestões foram anotadas e acrescentadas ao PPP.

Assim, ainda ficou acordado com toda a comunidade a realização das seguintes ações:

- Estabelecer e fortalecer o vínculo com a comunidade;
- Limitar o quantitativo de alunos por turma em 2018, conforme a instrução normativa da matrícula de 2018;
- Conversar com a equipe, mantendo uma escuta sensível;
- Delegar ações com a comunidade escolar com o intuito de fortalecer as ações de cunho pedagógico e administrativo;
- Fortalecer com a Secretaria de Educação a parceria para melhoramento da infraestrutura do prédio escolar.

3 DISCUSSÃO

Após as reuniões, assumimos a responsabilidade de formar uma comissão para discutirmos sobre as ações de melhoramento para reformulação do projeto político pedagógico para 2018. A partir da formação continuada desenvolvida pela UFPE no município dos Palmares, foram promovidos alguns encontros com a equipe gestora e os professores por área de conhecimento. Primeiramente, foi iniciado na escola um processo de conscientização dos atores que faziam parte da comunidade escolar, mostrando a importância de construir um Projeto Político Pedagógico partindo da realidade escolar.

Em seguida, passou-se à discussão de como se apresentava a sociedade e a educação naquele momento histórico e de como seria conveniente, pela ótica discutida, que realmente fosse. Em todos os momentos de discussão do PPP teve-se como base a Proposta Curricular. Lembramos aqui que nossa concepção entende o ser humano como resultado de um processo histórico, social e cultural, e que, ao mesmo tempo em que é capaz de agir sobre a sociedade é determinado por ela. Além das discussões sobre as concepções de homem, mundo, sociedade e educação, também foi objeto de debate a realidade intra e extraescolar.

Nesse ano, as discussões foram enriquecidas com um curso de formação continuada oferecido pela Secretaria de Educação dos Palmares. O encontro efetivou-se com a participação de todos(as) os(as) professores por área e a equipe gestora da escola. Esse curso foi resultado da ação

empreendida pela SEMED, pois de acordo com a justificativa do projeto do referido evento, era essencial que se discutisse o currículo que estava sendo desenvolvido nas escolas, principalmente por haver uma indefinição em relação à função social da escola e o papel do educador nos dias de hoje. Os temas desenvolvidos no curso foram: Contribuição para construção de um Projeto Político Pedagógico Escolar (Visão de homem, mundo e sociedade: função social da escola e o papel do educador) e Componentes Curriculares à luz da Proposta Curricular.

A composição do Projeto Político Pedagógico gerou muitas dúvidas e incertezas, pois cada escola deveria construir o seu processo e não estava claro para as pessoas que faziam parte das discussões na escola como montar esse projeto, apesar do que havia sido apontado nos cursos de formação. Parece que essa orientação foi boa para as escolas, já que tornou a luta por essa construção mais instigante e rica. Fez com que o tema fosse pesquisado e debatido até se chegar a opção de reconstruir um PPP com a cara da escola.

Essas discussões resultaram no consenso de reelaborar o Projeto Político Pedagógico com a seguinte composição: introdução; diagnóstico da realidade escolar; filosofia da escola; metas/metodologias/responsabilidades e cronologias; recursos financeiros; avaliação; anexos. Após essa definição, foi iniciada a discussão desses tópicos pela realização do diagnóstico da escola. Neste item foi situada a escola, sendo detalhadas informações sobre a sua clientela; o quadro de pessoal; docentes; a origem dos alunos; o espaço físico. Também houve a preocupação em descrever os problemas enfrentados em relação ao trabalho pedagógico e administrativo. Apontou-se a pouca participação dos pais nos processos de ensino e aprendizagem, principalmente dos alunos com mais dificuldade; pouca participação da comunidade; utilização de metodologias arcaicas que não despertam o interesse dos alunos pelas aulas; falta de responsabilidade de alguns alunos na realização das tarefas, principalmente as de casa.

Um outro passo importante na reconstrução do Projeto Político Pedagógico foi a elaboração da filosofia da escola, que estabeleceu a linha teórica que iria fundamentar o trabalho pedagógico. Esse momento contou com a leitura e discussão de vários textos, especialmente da Proposta Curricular. A

filosofia da Escola Municipal Jayme de Castro Montenegro, conforme apontado no seu PPP, assenta seus pressupostos teóricos em autores como Vygotsky, Abramowicz e Marx. A linha seguida por tais autores defende basicamente a socialização do conhecimento produzido historicamente pela humanidade, a construção de novos conhecimentos, a função social e política da escola e a capacitação dos alunos da classe trabalhadora para a participação plena na sociedade.

Na filosofia do PPP também foi explicitada a visão que a escola tem de sociedade, realizando uma breve análise da atual estrutura social brasileira, demonstrando as desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista, através da exploração da força de trabalho. Para esse grupo, a escola como parte integrante da sociedade pode contribuir para a manutenção das desigualdades sociais ou contribuir para a sua transformação social. Questiona também a escola dualista que vem sendo praticada atualmente, onde há uma escola para as elites, que ensina os alunos a pensarem e outra para os filhos da classe trabalhadora, que ensina a fazer, que prepara mão-de-obra para o mercado de trabalho.

É destacado no PPP que os educadores precisam diariamente refletir sobre sua prática para não contribuir para a manutenção da ideologia dominante. Ainda, nesse tópico, foi debatido sobre o conhecimento que estava sendo desenvolvido na escola. Decidiu-se também que este deve ser trabalhado partindo do conhecimento que os jovens possuem para trabalhar o conhecimento científico, sistematizado. Um problema apontado pelos participantes na elaboração do diagnóstico para composição do PPP, foi a grande dificuldade dos alunos com a prática da leitura e da produção de textos. Em razão disso, é importante trabalhar buscando despertar-lhes o gosto pela leitura. Também foi exposto que a produção escrita era pouco trabalhada, talvez por ser difícil avaliá-la. É deixado claro que o professor não pode solicitar a seus alunos que escrevam sobre algum assunto sem terem trabalhado ou discutido em torno dele. É apontado também que uma das formas de corrigir uma redação é a reestruturação coletiva do texto, podendo auxiliar o aluno na aprendizagem do conteúdo, da estrutura, da expressão e da forma do texto.

Além das questões já citadas, também foram discutidas e definidas na filosofia do Projeto Político Pedagógico: a disciplina escolar, não com normas semelhantes aos dos quartéis, mas visando organizar o trabalho pedagógico; o Regimento Interno, que precisava ser revisto, pois estava ultrapassado; a formação das turmas, que passaram a ser heterogêneas; o horário escolar, que passou a ser definido de forma coletiva onde direito dos alunos teria que suplantar os interesses pessoais dos professores; o calendário, elaborado conforme a legislação, o espaço social e especificidades da escola; os dias de estudo e reuniões pedagógicas, constando no Calendário escolar com o objetivo de instrumentalizar o corpo docente com saberes para dar mais conta do ato pedagógico em sala de aula; a matrícula, a ser realizada conforme a normatização no máximo 40 alunos por sala, em horários compatíveis com a necessidade dos pais; o uso do uniforme, em relação ao qual, por solicitação dos pais, foi implementado um trabalho de conscientização dos alunos quanto a importância do seu uso, pois permite maior segurança frente às agressões da vida cotidiana e contribui para que os pais não tenham tantos gastos com roupas; a avaliação escolar, que passou a ser trabalhada numa concepção emancipatória, diagnóstica e democrática, não só do aluno, mas do processo educativo, buscando trabalhar com instrumentos e procedimentos diversificados; o conselho de classe, que passou a ser realizado de forma participativa, envolvendo os alunos, proporcionando-lhes um momento de avaliação do processo educativo da escola, bem como sua auto avaliação.

4 CONCLUSÃO

A ação realizada estimulou a percepção de quanto a escola perderia se não considerasse a importância dos professores, direção, coordenação pedagógica, pais e estudantes em abraçarem a ideia da construção do Projeto Político Pedagógico. Instrumento que vai orientar e contribuir valiosamente para a *práxis* pedagógica e indicando ações que poderão ser planejadas e executadas em prol da melhoria, em nossa escola, dos resultados de aprendizagem. O PPP é entendido como um instrumento que oferece subsídios

para que todos(as) da escola conduzam suas ações de forma a assegurar o desenvolvimento de um ensino de qualidade para todos(as), ao pauta-las na realidade de cada uma das escolas.

Ficou firmado em consenso trabalhar os projetos sobre a questão indisciplinar no início do ano letivo, com o objetivo de conquistar os pais para participar das atividades vivenciadas na escola; organizar um espaço coberto na escola; foi ainda, detectado que a nossa escola precisa de uma ampliação do espaço; estratégias de atividades relacionadas aos projetos vivenciados na escola para ocupar os alunos com atividades em horários vagos na sala de aula; Aulas mais atrativas. Lembrando que sempre se deve estar reformulando as práticas pedagógicas para produzir mudanças na comunidade e no processo educacional.

5 REFERÊNCIAS

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 3.ed. Campinas - SP: Papyrus, 1995.

ESCOLA MUNICIPAL LUIZ DA ROCHA LEÃO

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE REFORMULAR O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COM A COMUNIDADE ESCOLAR

Alexandre José da Silva Rodrigues
Ana Paula Ramos da Silva
Arione Mota do Nascimento
Cinthia Cavalcanti de Oliveira
Cristiane Marques dos Santos
Damila Silene R. de Araújo
Daniele Oliveira de Lima
Gilvânia Souza Ribeiro
Gleice Fernanda Vicente Silva
Josane Maria Maciel da Silva
Selma Maria Silva Marques
Valdenice Fideles da Silva
Valéria Romina de Almeida
Veridiana P. Melo de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

O presente texto consiste em um relato de experiência dos encontros realizados pela Escola Municipal Luiz da Rocha Leão, no período de outubro a dezembro de 2017, tendo como objetivo reformular o seu Projeto Político Pedagógico. Participaram dos encontros para discussão e alteração do PPP a Equipe Gestora, docentes, demais funcionários, pais e estudantes.

A Escola Municipal Luiz da Rocha Leão, está localizada à Rua Francisco Vieira de Melo, s/n, bairro Santa Rosa – Palmares – PE. É uma escola de pequeno porte que atende estudantes do bairro onde está localizada e de mais quatro bairros circunvizinhos, a saber: Newton Carneiro, Nova Palmares, São Manoel e Quilombo. Estes alunos são crianças e adolescentes filhos(as) de comerciários, pedreiros, domésticas, garis, pintores, moto taxistas, taxistas, vendedores ambulantes, entre outras ocupações.

O PPP indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores(as), mas também funcionários, alunos(as) e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota; e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos(as) alunos(as).

É um documento que, além de facilitar a realização das atividades escolares, deve ser revisto sempre que houver necessidade de melhorar o que está planejado ou de inserir novas ações na escola. Essas ações compreendem tanto o que se refere às atividades pedagógicas como às funções administrativas, tornando o Projeto Político Pedagógico uma ferramenta de planejamento e gestão escolar (BETINI, 2005).

Esta descrição traz aspectos reflexivos dos momentos que buscaram favorecer as mediações necessárias à organização de um Projeto Político Pedagógico para os anos iniciais da Escola Municipal Luiz da Rocha Leão. Assim, objetivamos oportunizar a toda comunidade escolar o conhecimento sobre o que é Projeto Político Pedagógico; Aprofundar o conhecimento da comunidade escolar sobre o PPP de nossa escola através de momentos para apreciação do documento e de discussão e reformulação do mesmo; Conscientizar os partícipes da comunidade escolar de que o PPP é um documento que não só necessita de todos(as) para sua elaboração, mas que também possibilita a participação de todos(as) no processo de ensino e aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Do ponto de vista teórico-metodológico, o Projeto Político Pedagógico tem a função de ajudar a solucionar problemas e de propor melhorias no funcionamento da escola. Caso haja necessidade, mudanças poderão ser realizadas com a consciência de que se irá tomar uma ação para colaborar no processo de organização das atividades práticas educativas, facilitando o trabalho voltado à qualidade do ensino.

Então inicialmente, foram realizados encontros de Formação Continuada com Gestores e Coordenadores Escolares sob a organização da SEMED em conjunto com a UFPE. Nestes encontros, foram discutidas temáticas voltadas à gestão escolar merecendo destaque a reformulação do PPP das instituições escolares deste município. Pode-se considerar este primeiro momento como

uma fase de estímulo/fomentação das vivências e experiências do PPP na escola.

No segundo momento, buscou-se analisar o PPP atual para que pudéssemos iniciar de fato sua reformulação. De acordo com Gasparin (2007) é necessário desafiar, mobilizar, sensibilizar em busca de perceber alguma relação entre o conteúdo e a vida cotidiana, suas necessidades, problemas e interesses. Assim, por meio de encontros nesta instituição de ensino, a gestão escolar, os docentes, demais funcionários, pais e pessoas da comunidade local foram desafiados a manifestarem-se sobre as dúvidas e certezas do novo PPP.

O terceiro passo ocorreu através da instrumentalização, onde se discutiu o planejamento elaborado, para que possa ser assimilado, recriado e transformado em instrumento de construção pessoal e profissional. Em síntese, os encontros na escola se expressaram através da reescrita do projeto político pedagógico pelos participantes da reformulação.

Por fim, espera-se que a comunidade escolar assuma uma nova proposta de ação a partir do que foi decidido. Manifestando-se pela nova postura prática, pelas novas atitudes, novas disposições que se expressam nas intenções de como assumir o novo compromisso através de novas ações. Desta forma, o trabalho desenvolvido viabilizou a percepção de que o processo de elaboração do PPP necessita da participação dos outros sujeitos do processo, além dos funcionários, tais como: família e estudantes, e que não estaria completo se não possibilitasse esse mesmo movimento de construção para com esses sujeitos.

3 DISCUSSÃO

A discussão do PPP é um ato sempre presente em nossa escola nas formações de início de ano letivo, tendo como participantes a equipe gestora e professores(as). Analisamos coletivamente o planejamento do ano anterior e projetamos metas para serem alcançadas no ano em curso. Porém a partir dos encontros realizados, percebemos que no decorrer do ano é preciso haver mais momentos de estudos incluindo os demais funcionários, pais e

representantes da comunidade. Nos primeiros encontros a motivação ao grupo foi uma etapa muito importante a ser vivenciada, pois sensibilizar e convencer a todos(as) de que sua participação é essencial, não é uma fácil tarefa. Entretanto, vencida esta etapa, depois de alguns encontros fomos obtendo dos participantes algumas falas, opiniões, sugestões e até disponibilidade de participação na execução de atividades propostas no PPP. Tudo isto ainda a passos lentos e de maneira sutil, mas perceptível.

Sabendo que o Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo que busca atingir metas em comuns que intervenham na realidade escolar, sua discussão permite conhecer e avaliar o que foi planejado e poder projetar mudanças.

Demo (1998, p.248), assim se refere a essa questão:

existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência.

Dessa forma, consideramos que o Projeto Político Pedagógico prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo. Devendo ser uma das metas do Projeto construir uma escola democrática, capaz de contemplar necessidades da comunidade na qual ele surge, tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde docentes, técnicos, pais, representantes de estudantes, funcionários e outros membros da comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico pode ser entendido “como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar” (VASCONCELLOS, 2000, p.169).

É fundamental haver a discussão sobre o que tem que ser feito, qual o caminho a ser traçado, como segui-lo bem e como acontecerá a operacionalização do que for estabelecido. Como afirmam Longhi e Bento (2006, p.173),

o Projeto Político-Pedagógico é, portanto, um documento que facilita e organiza as atividades, sendo mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos. Ainda se constitui num retrato da memória histórica construída, num registro que permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história.

Pensando assim, percebemos que o PPP de nossa escola apresentava todos os aspectos acima citados, porém pecávamos quanto ao seu cronograma de ações quando o mesmo elencava como responsáveis pela avaliação delas um grupo de pessoas. Após esta revisão, compreendemos a necessidade de que o mesmo devia ser mais específico quanto a determinar quem será o responsável na avaliação de cada ação proposta em seu cronograma, como também discutimos a definição das metas classificando-as de curto, médio e longo prazo.

4 CONCLUSÃO

Durante os encontros para a reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola, observamos que alguns participantes apresentavam resistência/dificuldade à metodologia utilizada, demonstrando inquietação na leitura dos textos e do próprio PPP, bem como em construir coletivamente o conhecimento acerca do tema proposto.

Entretanto, no decorrer do processo essa postura deu lugar a uma construção coletiva, prazerosa e de grande relevância para todos(as), pois passaram a identificar suas fragilidades de atuação, suas necessidades e anseios e a partir daí começaram a entender que o importante é a capacidade para detectar os problemas reais e buscar soluções para eles.

Nas reuniões realizadas na escola para tratar da reformulação, percebemos que foi possível proporcionar melhor sistematização do processo da elaboração do novo PPP, levando em consideração o conhecimento que possuíam, deixando claro ao grupo que apenas lhes faltava estabelecer o elo entre o saber e o fazer do Projeto Político Pedagógico. Por meio do desenvolvimento de uma postura crítico-reflexiva objetivando a transformação do sujeito inserido no contexto social e político.

Por fim, esta experiência de reformulação do PPP viabilizou a percepção a cada um dos membros da comunidade escolar que o processo de elaboração do PPP carece da participação de todos(as) os membros que compõem a comunidade escolar (além dos funcionários). E que não estaria completo se não oportunizasse/compartilhasse esse mesmo movimento de construção para com esses outros sujeitos, com a clareza de ser flexível ao longo do percurso devendo atender as necessidades propostas para uma melhor qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem.

5 REFERÊNCIAS

BETINI, Geraldo Antônio. A construção do Projeto Político- Pedagógico da Escola. São Paulo. **Revista Pedagógica Unipinhal**, v.01, n.03,jan./dez., 2005.

GASPARIN, J, L. **Uma didática para a pedagogia Histórico-Crítica**. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 7 ed. Petrópolis: vozes, 1998.

LONGHI, S. R. P.; BENTO, K. L. Projeto Político Pedagógico Uma Construção Coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Vol. 3 n. 9 – jul./dez. 2006.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2000.

ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Alessandro Eugênio de Alcântara
Carla Maria Ramos Sales
Dário Carolino Figueira
Edna Gomes da Silva
Eliete Judite da Silva
Elza Machado de Albuquerque
Ester Coelho Alves de Azevedo
Irailde de Moraes
Jeferson Pessoa da Silva
Jônatas Manoel Vieira da Silva
Juliana Silva Rodrigues
Leonilda Maria de Lima
Malba Gonçalves da Rocha de Oliveira
Maria de Fátima Barbosa
Marilda da Silva Brasil
Marleide de Oliveira Silva Pena
Marta Roberta Lira Melo
Nere Talita Ferreira de França
Poliana Alexsandra Carvalho Monteiro de Siqueira
Sandra Cristina Campos de Oliveira
Valéria Lúcia da Silva
Valmir Nascimento da Silva
Vera Celeste Carvalho da Silva
Vilma Maria Carvalho da Silva

1 INTRODUÇÃO

O relato diz respeito à reformulação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santa Luzia, no ano de 2017, como cumprimento do trabalho final do Programa de Formação Continuada no Município de Palmares, coordenado pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. O tema em questão é bastante pertinente, pois surge de uma necessidade real em que se faz urgente uma prática pedagógica reflexiva que busque a consolidação da autonomia escolar. O relato de experiência em foco aborda aspectos legais que baseiam a importância do Projeto Político Pedagógico e unem as impressões de cada componente envolvido na

63 | Programa de Formação Continuada | Centro de Educação - UFPE

reconstrução para elaboração de metas e ações a serem desenvolvidas para o tempo pedagógico proposto, bem como nas revisitações do referido documento, para um acompanhamento sistemático e devidas reestruturações.

A construção de uma gestão democrática escolar, na forma da lei, surge na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, Inciso VI, indicando-a como um dos princípios básicos norteadores do ensino público (BRASIL, 1988). Esse princípio é consolidado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB nº 9.394/96, artigo 12, inciso I, em que afirma que “os estabelecimentos de ensino respeitados as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico das Instituições Educacionais, além de ser uma exigência dos aspectos legais vigentes, é a garantia da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, buscando discutir coletivamente as ações necessárias para oferecer a educação de qualidade a que se propõe. A escola acredita que a construção coletiva desse documento é um momento privilegiado de construção, organização, decisão, por isso mantém um diálogo constante e uma avaliação sistemática envolvendo seus autores, dando-lhe a dinamicidade que lhe confere caráter inconclusivo permanentemente reavaliado e aprimorado.

Segundo Libâneo, Toschi e Oliveira (2005, p 345) “o projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ações”. Partindo desse pressuposto, a escola para garantir sua gestão democrática e autônoma, vem desenvolvendo um trabalho coletivo e dinâmico, partindo da revisitação do documento que quando reelaborado, adota mecanismos que indicam caminhos para a concretização da participação de cada segmento nesse processo educativo. Vislumbrando metas e estratégias para concretização de sua missão principal que é ofertar um ensino de excelência à comunidade e propiciar condições para uma aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, que prepare alunos competentes, éticos e propositivos, por meio de uma gestão democrática respaldada nas leis vigentes.

Portanto, para a eficácia deste trabalho é necessário que a escola esteja aberta à implementação de projetos escolares e parcerias com outros segmentos, que acrescentem uma melhoria nos aspectos pedagógicos e administrativos, tanto para formação do educando, quanto para o cotidiano da comunidade.

Ressalta-se que o relato desta experiência pretende colaborar para redefinir a função do Projeto Político Pedagógico no âmbito escolar. Essa visão defende que o referido documento deixe de ser uma atividade puramente burocrática e legal a ser cumprida, passando a ser visto como o princípio de uma prática pedagógica reflexiva que viabilize a participação dos diversos segmentos escolares na construção da identificação de uma escola autônoma e democrática em seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

2 METODOLOGIA

A Escola Municipal Santa Luzia, localizada na zona periférica do município dos Palmares - PE, Instituição Pública vinculada a Secretaria Municipal Executiva de Educação, adota a gestão democrática como princípio do seu trabalho pedagógico, com a finalidade de garantir a cidadania no que se refere o direito à participação coletiva nas tomadas de decisões em seu processo educativo. Para que a escola execute bem essa missão e desenvolva um funcionamento que atenda ao sistema educacional atual pautado nas leis em vigor, precisa considerar alguns fatores, ressaltando um planejamento que provoque escolhas, alternativas para construção de uma realidade, num futuro próximo. Como afirma Gadotti (1994, p.79), “todo projeto supõe rupturas com o presente as promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente”.

Norteados nesses e em outros pressupostos pedagógicos, na intenção de revisitação do Projeto Político Pedagógico Escolar, a Escola Municipal Santa

Luzia realizou durante o ano letivo de 2017, na própria instituição, encontros previamente estabelecidos em agendamento, com objetivos específicos para cada momento de discussão.

Primeiramente, no início do ano letivo no período de 20 a 24 de fevereiro, realizou-se a apresentação aos diversos segmentos da escola sobre a necessidade de revisitação da versão do documento já existente, conceituando-se e analisando as suas finalidades. Assim como, reconhecendo seus elementos e desmembramentos, dando significado a sua função, sobretudo, criando uma sistematização facilitadora de sua compreensão e execução. Após esse momento, foi construído um calendário anual e uma subdivisão dos envolvidos. Eles foram divididos em grupos de estudo para realização dos encontros para conhecer e atuar diante da realidade institucional prevendo a distribuição ordenada das ações ao longo prazo, sendo utilizada como subsídios para o ato operacional, o qual, por meio de ações a serem desenvolvidas, podem modificar a realidade.

Segundo Gasparin (2007), é necessário que um dos primeiros passos seja desafiar, mobilizar, sensibilizar, percebendo-se a relação entre o conteúdo e a prática para que o docente estabeleça essa relação. Tal reflexão foi o foco da discussão do encontro. Buscamos com isso, estabelecer uma correlação entre esse pensamento e a reformulação do Projeto Político Pedagógico, não perdendo de vista a organização de projetos pedagógicos visando assim, o trabalho interdisciplinar. Seguindo o trabalho de análise e revisitação do documento, ocorreu uma reunião com a presença da equipe gestora, professores(as), funcionários e pais no dia 17 de abril, desenvolvendo-se uma discussão coletiva, procurando identificar quais os pontos e aspectos que mereciam ser reformulados, diante do contexto escolar atual.

Dando continuidade a esse trabalho, no dia 23 de junho, ocorreu mais um encontro de discussão. Nesse momento coube aos segmentos, estudo de grupos para realização de leitura de textos e mediante as dimensões estabelecidas, propiciar a reflexão e identificação das necessidades de adequações, a fim de que se fizesse uma reflexão acerca das dimensões e metas a serem atingidas. Foi estabelecido, também nesse momento, um período em que tais dimensões seriam observadas para definição de atos

operacionais, que por meio deles, as atividades desenvolvidas poderiam modificar a realidade, identificando o que falta para se atingir o que se deseja. A exploração do material possibilitou um olhar aprofundado e a intencionalidade educativa na busca de interesses coletivos.

Compreendendo o período de 23 de junho a 09 de novembro, estabelecendo uma relação com o curso de Formação Continuada no Município de Palmares, coordenado pelo Centro de Educação da Universidade federal de Pernambuco – UFPE, houve o terceiro encontro dos grupos de estudo com intenção de consolidar a retomada das observações das ações que foram ou não realizadas, construindo um panorama geral da situação atual dos atos operacionais na execução do projeto. Cada segmento expôs suas experiências de forma dinâmica e participativa, percebendo a realidade e produzindo uma proposta de superação dos problemas.

Houve uma retomada geral do projeto em 17 de novembro, tanto dos seus elementos gerais como também nos atos situacional, conceitual e operacional, verificando-se as necessidades de alterações que foram discutidas coletivamente, a partir de apresentação dos grupos e entrega de relatórios. No dia 24 de novembro, o encontro objetivou a avaliação da prática e da realidade circundante para descobrir as proposições de ações e atitudes tanto para o período final do ano em curso, como também, para os próximos dois anos, a fim de atender às necessidades descobertas e traçar caminhos ao ideal pretendido.

Após a elaboração dos resultados, coube à equipe organizadora dos encontros analisá-los num processo dialético de conhecimentos, em que os grupos ‘realimentavam’ o projeto sempre que necessário. Essa organização das dimensões metodológicas favoreceu que cada um dos envolvidos se situasse e propusesse as possibilidades para o alcance dos objetivos propostos pela comunidade educativa, dando-lhe a liberdade de sua proposta de ensino.

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico foi no ano em curso, reconstruído coletivamente a fim de reorganizar o fazer pedagógico, com vista aos interesses e necessidades da comunidade escolar, materializando ações com base na realidade articulada em processo de atuação com o foco na

participação efetiva de representações de todos os agentes da comunidade escolar.

3 DISCUSSÃO

A Escola Municipal Santa Luzia acredita que a implantação do Projeto Político Pedagógico é a base para consolidação de uma gestão participativa e democrática. A escola segue a premissa de que vale a pena insistir em um processo em que seja a autora do seu Projeto, para fortalecer uma cultura do registro do pensado e vivido pela escola. Esse processo é bem desafiador, pois na sua estrutura organizacional traz a complexidade de oferecer níveis e modalidades diferentes em cada turno (manhã- 1º ao 5º); (tarde- 6º ao 9º) e (noite- EJA). Essa estrutura resulta em grupos distintos, geralmente comprometidos em outras situações nos horários em que não estão na escola. Nos últimos anos, o cenário foi mais desafiador, devido à rotatividade dos profissionais da educação no quadro escolar e um calendário anual restrito a dias letivos, não garantindo momentos de planejamento coletivo no âmbito escolar.

Diante desse contexto, é imprescindível que a escola busque alternativas para o cumprimento da LDB que implica na obrigatoriedade de elaborar e executar seu projeto pedagógico, observando-se que a problematização favorece reais transformações ao ser considerada como um incentivo de mobilização e sensibilização da relevância do trabalho coletivo. Para tanto, todos os anos, a partir da versão de 2009, procura-se, no início das atividades escolares, apresentar aos novos integrantes os aspectos físicos, administrativos e pedagógicos da escola por meio deste documento.

No decorrer do ano escolar, promovem-se encontros com a maior participação possível, como representação de seus segmentos escolares, com o objetivo de discutir o cenário atual, para que diante das análises feitas por grupo, sejam traçadas metas e ações para o ano em curso, em suas dimensões pedagógicas, organizacionais e financeiras.

A escola baseia-se em Gandin (1997) nos três pontos básicos para reflexão: o que queremos alcançar? A que distância estamos daquilo que queremos alcançar? O que faremos concretamente (em tal prazo) para diminuir essa distância? Percebe-se que a partir desse encaminhamento, os participantes têm um direcionamento para discutir acerca de suas dimensões.

Especificamente no ano letivo de 2017, a gestão escolar encontrou um grupo mais consciente da importância de sua participação nas tomadas de decisões para garantir a educação de qualidade que a escola tem como proposta em seu documento base. Com o advento da Formação Continuada no Município de Palmares, coordenado pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE que atendeu ao grupo de docentes dos anos finais e da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, a reflexão sobre o processo dinâmico e inacabado de reformulação coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola se aprofundou no âmbito escolar.

À luz das ações que fundamentaram esse referencial, nos deparamos frente a um espaço educativo que hoje nos permite visualizar e vislumbrar uma escola mais autônoma, com identidade própria, que nos permite pensar no processo de construção resultante de uma reflexão inicial sobre o significado e a importância de uma gestão democrática, pautada em ações e metas, que partam da realidade da comunidade que estamos inseridos.

Durante o período em que ocorreram os momentos de acompanhamento das ações pré-estabelecidas, observamos nitidamente reflexões sobre a prática educativa desenvolvida no período em questão, e em análises quantitativas o quanto foram desenvolvidas e favoreceram a busca da melhoria dos processos de ensino e aprendizagem numa perspectiva democrática. Identificamos nesse processo de construção e análise coletiva a oportunidade de rever algumas metodologias e posturas que não sejam coerentes com o modelo de escola que queremos ter. Nesse exercício da prática reflexiva, é que nos deparamos, muitas vezes, com alguns conceitos arcaicos e tradicionais que fragilizam o processo coletivo. Aprendemos ao longo do percurso que conseguimos realizar adequações e reformulações na efetivação das ações estabelecidas em nosso projeto.

Para nós, docentes, ficou evidente o quanto a participação efetiva nesse processo de construção contribuiu para a nossa formação, tornando-nos mais conscientes, uma vez que fomos atores de um processo educativo reflexivo e autônomo em suas decisões. Portanto, nesse movimento de crescimento individual e coletivo, admitimos ser bastante significativo para todos os segmentos da nossa escola e da nossa comunidade, poder participar desse exercício de construção, análise e avaliação do nosso Projeto Político Pedagógico,

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que a participação dos envolvidos na revisitação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santa Luzia, no ano letivo de 2017, consolidou a busca da organização escolar em garantir a participação de seus agentes em tomadas de decisões, bem como, possibilitou aos envolvidos colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a Formação Continuada no Município dos Palmares, coordenado pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. O estudo oferecido criou em todos(as) a inquietação de refletir sobre sua participação no processo de construção do documento em pauta. O processo de reestruturação do documento foi um processo amplo, dinâmico e participativo que fortaleceu a gestão democrática e participativa e solidificou mudanças na prática docente. Nos apêndices (APÊNDICE 1 a 6) deste texto, será possível encontrar alguns relatos de pessoas que participaram dos diferentes momentos de discussão do PPP.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

GADOTTI, Moacir. **Organização do trabalho na escola**: alguns pressupostos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GASPARIN, J, L. **Uma didática para a pedagogia Histórico-Crítica**. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

LIBÂNEO, J. C; TOSCHI, M. S; OLIVEIRA, J. F. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - RELATO DA GESTORA

A experiência com o trabalho do Projeto Político Pedagógico no âmbito escolar sempre esteve presente na minha gestão escolar. Desde 2009, quando assumi a gestão da Escola Municipal Santa Luzia busquei desenvolver ações para conscientizar a todos os envolvidos no processo pedagógico.

Como professora na mesma escola, em 2008 participei da elaboração do documento que serviu de base para continuar esse processo democrático. O maior desafio que encontrei foi promover reuniões gerais para revisar o documento de forma coletiva, evitando fragmentações. Mas devido à complexidade da escola de oferecer anos iniciais, anos finais e a modalidade de Jovens e Adultos em horários distintos, dificulta essa ação. Para atender essa realidade, foi preciso organizar reuniões com representações e com a presença do conselho escolar. Os representantes tinham a tarefa de socializar com os demais os resultados obtidos e colher opiniões e sugestões para as ações traçadas.

Outro ponto bem importante de dificuldade foi a rotatividade de docentes e funcionários, pois sempre constatei a necessidade de começar um trabalho de conscientização para que todos se reconhecessem como agente participante ativo da escola. Por isso, sempre foi imprescindível começar o processo a partir do levantamento de conhecimentos de todos acerca do objetivo do PPP no âmbito escolar e leitura de sistematização sobre a importância do documento para uma gestão democrática e participativa.

Considero a melhor parte da minha experiência como gestora escolar, pois, em vários momentos vi as ações traçadas coletivamente serem desenvolvidas e as metas atingidas, refletindo diretamente na qualidade de ensino e aprendizagem. O exercício constante da avaliação e reavaliação da escola deve ser o foco maior de uma gestão democrática.

O trabalho final do Programa de Formação Continuada no Município de Palmares, coordenado pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, focado na revisitação do PPP no âmbito escolar serviu de respaldo para a prática que sempre tentei implantar, somando positivamente em conscientizar a todos que a escola, apesar de sua complexidade, é uma unidade de ensino única, bem como, mostrar a todos que cada um é sujeito importante no que faz.

Palmares, 13 de dezembro de 2017
Vilma Maria Carvalho da Silva - Gestora Escolar

APÊNDICE 2 - **RELATO DA EDUCADORA DE APOIO**

O referido relato tem como objetivo socializar um pouco da minha experiência durante esse ano de 2017, como Educadora de Apoio da Escola Municipal Santa Luzia em Palmares - PE.

Em meio a essa trajetória, venho destacar o quanto foi significativo para mim, fazer parte dessa instituição de Ensino, que funciona durante os três turnos: manhã, tarde oferecendo do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e no turno da noite ofertando a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Analisando as ações que foram desenvolvidas na escola, vemos que procuramos por meio de um Planejamento Anual, seguirmos e vivenciarmos o nosso calendário letivo de maneira que atendêssemos tanto aos trâmites legais, assim como, aos anseios e expectativas dos alunos da referida comunidade escolar. Nesta perspectiva, trabalhamos com base num cronograma escolar construído coletivamente, procurando cumprir todas as etapas e metas nas quais idealizamos.

Salientamos que o ano de 2017 foi um ano composto por diversas ações, onde além dos conteúdos vivenciados cotidianamente com base no currículo escolar, realizamos também, alguns projetos didáticos bastante significativos, assim como, a efetivação em duas etapas de dois momentos de avaliação de larga escala, em que tivemos a participação dos alunos do 2º, 5º e 9º, envolvidos no SAEB e SAEPE.

Devido à complexidade do nosso espaço escolar em ter que funcionar em tempo integral e também, pela diversidade e peculiaridade do nosso público alvo, tivemos muitos desafios e algumas dificuldades, mas admitimos que em meio a essa heterogeneidade, tivemos também, muitos avanços e conquistas. Frente a esses desafios, procuramos focar nas nossas dificuldades e através de Formações Continuada com os Docentes, Reuniões com os Pais e Conselho Escolar, procuramos mediante as metas estabelecidas na Proposta Pedagógica da Escola, buscar soluções e caminhos para atingi-las.

Nesse percurso, tivemos a oportunidade de realização do Curso de Formação Continuada, promovido pela SEMED / Palmares, em Parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), algo que veio somar e fortalecer o nosso trabalho, pois com base no nosso Projeto Maior, fomos instigados a revisitá-lo e nesse exercício de ação, reflexão, ação, tivemos pela própria

circunstância a possibilidade de avaliarmos e revermos o que seria necessário reformular, na perspectiva de tornar as nossas metas possíveis de serem concretizadas. Nesse processo cíclico e dinâmico fruto do universo escolar, que sempre está em movimento, reconhecemos o quanto isso nos proporcionou mais amadurecimento e também impulso para refletirmos acerca das mudanças.

Concluímos, na certeza de que para termos bons resultados é necessário se ter um norte e uma direção, e neste contexto vislumbramos o nosso Projeto Político Pedagógico como a bússola que faz direcionar todo o nosso trabalho. A partir disso, tivemos o cuidado de ser fundamentado num planejamento coerente com a nossa realidade de Escola, contando com a participação coletiva dos Professores e da Gestão Escolar tendo como linha de frente a nossa Gestora, Professora Vilma que junto à toda equipe encontrou-se nessa caminhada sempre com o desejo e o objetivo de atender aos anseios e perspectivas dos nossos estudantes impulsionando-os a sentirem-se entusiasmados e motivados em aprender, permanecer e alcançar o sucesso escolar.

Ester Coelho Alves de Azevedo - Educadora de Apoio
Palmares – 2017

APÊNDICE 3 - **RELATO DA TÉCNICA EDUCACIONAL**

Mediante os acompanhamentos através das visitas realizadas na Escola Municipal Santa Luzia, percebemos nitidamente que, mesmo com os entraves enfrentados, esta escola tem efetivado uma política educacional com compromisso e qualidade no que diz respeito à sua função social.

Uma escola que atende diversas modalidades de ensino com características próprias, desenvolve com muita autonomia aquilo que lhe é de direito e de dever, respeitando e respaldando o seu papel, obedecendo todas as orientações pedagógicas provindas da Secretaria de Educação do Município de Palmares.

O Projeto Político Pedagógico tem, de fato, norteado todo o fazer pedagógico desta escola, pois sabemos que é por meio deste documento tão essencial e de suma importância que se materializa tudo que a escola se propõe a fazer.

Foram articuladas várias reuniões com os diversos segmentos da escola, onde se revisitou o PPP, analisando e traçando novos encaminhamentos, dando novas roupagens às atividades propostas.

Muitos projetos, intervenções pedagógicas foram realizadas, observando as necessidades típicas de cada modalidade de ensino, com o intuito de corrigir, minimizar, melhorar a cada dia o ensino e a aprendizagem.

Em face ao acompanhamento feito sistematicamente nesta escola, é notório que todos os que formam esta comunidade escolar, tem de fato cumprido com o seu papel, enquanto instituição de ensino, formando cidadãos do bem e para o bem de uma sociedade mais justa e humanizada.

Tendo a consciência que a escola é dinâmica e que perpassa por inúmeras dificuldades, reconheço e parabenizo a Escola Municipal Santa Luzia

pelo trabalho desenvolvido e pela grande contribuição que tem dado a educação palmaresense.

Sandra Cristina Campos de Almeida.
APOIO PEDAGÓGICO DA EJA/ SEMED
Ano: 2017

APÊNDICE 4 - RELATO DA PROFESSORA

A escola Municipal Santa Luzia com base na atividade estabelecida pela a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no curso de formação continuada, fez a revisitação do Projeto Político Pedagógico (PPP) para observação e análise do documento. A escola vem sempre em busca de atingir uma boa parte das metas e realizar as ações propostas no PPP. As reuniões para discussão do PPP aconteceram de maneira que todos os funcionários, docentes e gestão escolar, contribuíram nas sugestões de melhoramento para cada item. Entre os dias 20 e 24 de fevereiro de 2017, foi realizada a primeira reunião para visitar o PPP junto com a equipe pedagógica. Com o objetivo de compartilhar com novas ideias e sugestões de melhoramento das ações estabelecidas. E também de fortalecer o vínculo do aluno com a escola.

No dia 18 de abril de 2017 foi realizado o encontro para estudo do PPP com objetividade de dialogar com os professores a respeito das metas a serem alcançadas este ano no Projeto Político Pedagógico. Para isso, nessa reunião foram revisitadas as metas alcançadas no ano anterior, para incentivar a ter melhores resultados.

No dia 23 de junho de 2017 mais uma vez foi revisado o PPP da escola para análise do documento, com objetivo de compartilhar as metas e ações alcançadas no I semestre. Para discutir o que precisa ser alcançado no próximo semestre. Conforme orientação da UFPE, no dia 09 de novembro de 2017, foi revisitado novamente o PPP para definir e organizar o trabalho em grupo para os professores escolherem entre os temas proposto: Aprovação, Evasão. Vínculo aluno(a) e escola e vínculo família e escola.

Foi realizada uma reunião no dia 21 de novembro com o grupo responsável pelo tema vínculo aluno e escola, composto por: Ester (coordenadora pedagógica), Dário (professor de Matemática), Juliana (professora de Português), Marilda (Professora de Português) e Talita (Professora de Inglês), para discutir os pontos positivos e o que pode ser vivenciado para o próximo ano. Dentre as quinze ações, apenas quatro não tiveram os objetivos alcançados. Foram eles: promover campanhas com os(as) estudantes para incentivar a manutenção e a limpeza dos ambientes e mobiliários escolares, a criação de redes para comunicação com os(as) discentes e a escola (jornal, *blog* e *facebook*), incentivar campanhas de voluntariado e o aluno(a) monitor(a) como apoio a melhoria da aprendizagem. Essas ações não obtiveram os resultados alcançados, devido ao atraso das aulas e a enchente que ocorreu na cidade. Com isso, a meta atingiu 95% das ações concluídas.

No dia 24 de novembro o PPP foi visitado mais uma vez, para sugestões de como, no próximo ano, será possível realizar e concluir essas quatro ações

que não foram vivenciadas este ano. Cada sugestão foi anotada para ser implantada no ano de 2018, com isso o PPP vai sendo cada vez mais revisitado.

Para finalização de toda revisitação feita neste ano de 2017, acontecerá apresentação dos relatos dos professores com as experiências e contribuição de cada um, para realizar as ações para cada meta proposta do PPP. A partir dessa perspectiva as formações continuadas ministradas pelos professores da UFPE contribuíram em todos os sentidos: descobertas de novos saberes, troca de experiências e colocação de palavras para reorganizar o projeto político pedagógico.

Com isso, a Escola Municipal Santa Luzia mostrou que estará sempre disposta para novas sugestões e críticas construtivas com o interesse e preocupação da valorização da educação.

Professora: Juliana Silva Rodrigues
Língua Portuguesa
Palmares/ 2017

APÊNDICE 5 - RELATO DA REPRESENTANTE DO CONSELHO ESCOLAR

Eu, Denice Lima Oliveira, como representante da comunidade no Conselho Escolar da Escola Municipal Santa Luzia, participei ativamente de todas as atividades elaboradas pela gestão escolar, no Projeto Político Pedagógico, com o objetivo maior de melhorar a aprendizagem dos alunos desta comunidade.

Todas as atividades propostas foram de grande importância para o conhecimento de todos, principalmente do(a) aluno(a). Uma das dificuldades encontradas está em reunir o coletivo, já que a escola funciona em três turnos e alguns funcionários trabalham em outras localidades. Diante disso, a escola vem buscando soluções para melhor atender a todos.

Participar dessa reconstrução, de um documento tão importante para organização da escola, me fez refletir que é preciso um trabalho coletivo e que todos busquem uma educação de qualidade.

Denice Lima Oliveira
Palmares, 11 de dezembro de 2017

APÊNDICE 6 - RELATO DE MÃE DE ALUNA

Eu, Kátia Simone Simão da Silva, mãe da aluna Naksiara Kauane do 6º ano B da Escola municipal Santa Luzia, quero relatar a minha experiência nas reuniões pedagógicas para a construção do PPP.

O Projeto Político Pedagógico é um documento indispensável na organização e direcionamento de uma instituição educacional. Na construção do PPP desta escola, onde estavam presentes todos os funcionários da escola

e representante da comunidade escolar, foi discutida a construção do mesmo, os objetivos, as metas, o plano de ação, os projetos e atividades para o ano letivo 2017. Nessa reunião tivemos a oportunidade de conhecer e participar integralmente de todo processo de construção do PPP. Essa experiência foi relevante na minha vida como mãe, pois me fez perceber o compromisso e responsabilidade de todos, com o objetivo de melhorar o ensino e aprendizagem dos nossos filhos.

O PPP na escola sempre está disponível para consulta por todos que fazem parte da escola na tomada de decisões. Pois, participei de várias reuniões para análise dos objetivos e metas a serem alcançadas. Portanto, o PPP se torna um documento vivo e eficiente para melhorar o ensino e a aprendizagem dos nossos alunos.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IVONETE FERREIRA LINS

CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IVONETE FERREIRA LINS

Gestor: José Pessoa de Siqueira Neto
Educadora de Apoio: Rosineide da Silva Melo Santos

Professores(as): Antônio Francisco Rêgo Netto
Catiane Mayara da Silva Carvalho
Cíntia Raqueane Alves da Silva
Edvânia Lopes Muniz
Glória Jean Pimentel
Kênia Patricia de Lima Sales
Mônica Portela Bernardo Machado
Nielma Vasconcelos da Silva
Sílvia Tavares Avelino

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta que possui grande importância no contexto escolar e na construção do cidadão enquanto ser político e social no ambiente escolar, sendo um instrumento que busca a melhoria na qualidade do ensino. Essa qualidade no ensino é, por vezes, avaliada por meio de critérios estabelecidos por instituições externas ao âmbito da escola. Porém, a construção do PPP deve se originar contando com a participação daqueles que fazem parte da escola, levando em consideração o espaço, a comunidade em que está inserida e também as avaliações externas. É importante lembrar que a LDB (BRASIL, 1996), no art.12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, confia legalmente à escola a elaboração, execução e avaliação do seu PPP. A mesma lei normatiza uma gestão democrática no ensino público, observando as suas individualidades, mas também com ênfase nos seguintes princípios legais (BRASIL, 1996):

Art. 14

- I. participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes.

Assim, a construção do PPP deve ser pautada na realidade escolar e de forma coletiva, de forma tal, que a execução das ações elencadas seja garantida no decorrer do ano letivo. Debates, reflexões e troca de experiências, inclusive com técnicos da Secretaria de Educação, discentes e pais foram o ponto de partida para que a escola obtivesse êxito na primeira parte do processo, visto que a execução do PPP é a parte prática e que objetiva o sucesso final das ações.

No contexto escolar, pode surgir a seguinte indagação: por que Projeto Político Pedagógico? A relação do político com o pedagógico não é recente. Pode-se constatar que os Gregos foram os primeiros povos a relacionar o político com o pedagógico, no trato da reflexão do mecanismo educacional. Para os Gregos, a política visa o clímax de todo cidadão. O PPP pode ser considerado um manual, onde estarão todas as orientações para a melhoria nos processos de ensino e aprendizagem no âmbito escolar, atingindo de certa forma um anseio que também é político-social. Nogaró (1995) expõe que a ausência de um PPP impossibilita o desenvolvimento educacional de toda e qualquer escola. A escola precisa perceber a construção do seu espaço como um processo contínuo e inacabado de reflexões e discussões, justamente porque vários problemas poderão trazer entraves de diferentes ordens. É importante entender que o político e o pedagógico devem andar juntos.

No entanto, a construção do PPP da Escola Municipal Professora Ivonete Ferreira Lins, no tocante a participação da comunidade é um grande desafio, visto que geograficamente, a escola não se encontra inserida na comunidade a qual atende. Este texto tem por objetivo relatar as discussões ocorridas acerca do PPP da escola e que desencadearam algumas decisões e formulações de ações.

Dessa forma, o PPP apresenta propostas e meios para atender de forma satisfatória e organizada o trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido na escola, superando conflitos, atenuando preconceitos e buscando resultados em soluções participativas. De forma que o rompimento com a rotina interna da escola seja uma realidade para o ano de 2018. Assim, propõe ações que tratarão de forma sistêmica as principais lacunas existentes nas relações no âmbito escolar, não esquecendo que educar é a chave para a transformação da sociedade.

2 SITUANDO A ESCOLA E A PROPOSTA DE TRABALHO

A Escola Municipal Professora Ivonete Ferreira Lins está localizada à Rua Possidônio Joaquim da Silva, s/n no centro do município dos Palmares – PE. Ela foi, inicialmente, em 2013, uma extensão da Escola Municipal Professora Telma Maria Leandro de Sousa, funcionando com turmas de 4º, 5º, 6º ano e o Programa Mais Educação. Sua fundação foi formalizada no dia 06 de janeiro de 2014. Em 31 de agosto de 2016, seu funcionamento foi oficialmente regulamentado.

A matrícula dos alunos da rede municipal vem sendo distribuída de forma nucleada, de forma que 90% da clientela da escola é originária da zona rural do município dos Palmares, atendendo a quinze engenhos. Essa realidade trouxe para a escola um grande desafio, pois a maioria dos alunos matriculados a cada ano, no sexto ano do ensino fundamental, possui pouco ou quase nenhum domínio da leitura. Os outros 10% da composição do alunado são oriundos dos seguintes bairros: Quilombo, São José, São Sebastião, São Francisco, Santo Onofre, Santo Antônio, Nilton Carneiro, Nova Palmares e Centro. Os alunos, em sua totalidade, são de baixa renda.

Para o ano letivo de 2017, foram matriculados estudantes, em dois turnos, nas modalidades de Ensino Fundamental II de nove anos. Resultando em 14 turmas, sendo, 04 turmas de 6º ano, 04 de 7º ano, 03 de 8º ano e 03 de 9º, totalizando 497 alunos.

A gestão da escola, como em toda a rede municipal, é realizada por meio de nomeação pela Secretária Executiva Municipal de Educação. Para o ano de 2017, a composição ficou da seguinte forma: Professor José Pessoa de Siqueira Neto, Gestor Escolar; Professora Rosineide da Silva Melo Santos, Educadora de Apoio e Selma Figueiredo Silva Siqueira, Secretária Escolar.

Como já afirmamos, a participação de toda a comunidade na construção do PPP da Escola, é um grande desafio, isto porque a escola não se encontra inserida na comunidade a qual atende. Porém, a construção de forma participativa foi garantida nos variados momentos ocorridos no âmbito escolar e fora dele. De forma bastante clara, a comunidade escolar se colocou, inclusive, auto criticamente com relação a pouca participação da comunidade local e dos pais dos alunos. Veiga (1995) destaca a importância de que no processo de construção do PPP as escolas se reconheçam, realizando autocríticas e busquem novas formas de organização do trabalho pedagógico com vistas a reduzir os efeitos da divisão e fragmentação do trabalho, bem como do controle hierárquico.

Iniciando o ano letivo de 2017, o PPP existente na escola foi apresentado em reunião geral com professores(as) e funcionários. Observou-se que havia a necessidade de atualizações em diversos pontos do mesmo, bem como, direcioná-lo de forma objetiva para o ano letivo a ser vivenciado na escola. Outros momentos, durante o primeiro semestre, ocorreram com a participação do Conselho Escolar, onde muitas sugestões de novas ações foram colocadas, como forma de complementar as já propostas no PPP.

A realização da formação continuada de professores(as) em parceria com a UFPE propiciou um novo horizonte quando propôs uma reorganização no PPP das escolas da rede municipal. Iniciando-se um novo ciclo de reflexões dentro e fora da escola, nos momentos da formação, onde foram reestabelecidos encontros com o objetivo de repensar, não apenas as ações propostas, mas também uma série de pequenos instrumentos que não existiam dentro do PPP.

A reestruturação do PPP proposta pelos(as) professores(as) formadores(as) trouxe a necessidade, durante os meses de outubro e

novembro, de auxílio técnico por parte da Secretaria de Educação e, assim ocorreu.

A escola não finalizou o seu PPP, por se encontrar com as suas instalações físicas em local ainda a ser definido pela Secretaria de Educação para o ano letivo de 2018. Situação que influencia diretamente em um número considerável de propostas e ações.

3 HISTÓRICO DAS DISCUSSÕES E RESULTADOS

Para a efetivação do processo de construção do PPP os momentos de reflexão, debate e propostas foram de grande e fundamental importância. A principal pauta levantada foi exatamente a que consta das dificuldades e entraves no processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem no âmbito escolar.

Reunidos no dia 14 de dezembro de 2017, com a técnica da Secretaria Municipal de Educação e professora Ruth Costa, docentes e gestão, após um amplo debate, elencaram as situações problema que devem ter maior atenção e o desenvolvimento de ações mais pontuais, na tentativa de mudar o quadro.

As situações indicadas foram: 1. A necessidade de um maior envolvimento dos pais no cotidiano escolar e, conseqüentemente na vida do(a) discente; 2. O desenvolvimento de uma cultura onde haja uma maior participação dos(as) alunos(as) nas atividades oferecidas pela escola, como as palestras; 3. O alto índice de alunos(as) matriculados no sexto ano, com dificuldades na leitura; 4. O desenvolvimento de ações para garantir a assiduidade e o compromisso dos funcionários e docentes com a escola. Esses foram pontos que puderam ser apreciados e analisados, outros que dependem da questão voltada à estrutura física e espaço da escola, serão tratados no primeiro momento para reflexão do ano letivo de 2018 e que irão compor o PPP.

Para atendimento dos pontos abordados, foram formuladas as seguintes ações: 1. Criar uma estrutura de eixos temáticos que comporá o PPP para a realização das diferentes atividades ofertadas pela escola de forma

extraclasse, de forma que os(as) discentes possam escolher um eixo que desperte maior interesse, envolvendo um número maior de alunos(as) participantes para cada eixo temático; 2. Realizar uma atividade por bimestre na zona rural, nas localidades de onde os(as) alunos(as) são originários(as). A atividade receberá o nome de “Escola Ivonete no Campo”, onde serão desenvolvidas palestras e oficinas com os pais dos alunos, garantindo a maior participação dos pais na vida escolar; 3. Desenvolver projetos de excursões que contemplem de forma interdisciplinar as comunidades rurais onde reside o maior número de estudantes, sendo uma por semestre; 4. O Projeto de Leitura continuou no formato que foi desenvolvido no ano letivo de 2017, visto ter atingido os índices e resultados esperados.

Além do conjunto de ações propostas acima, o conjunto de docentes presentes à reunião sugeriu que fosse garantido no PPP a realização de atividades bimestrais entre os(as) professores(as) da mesma área curricular, onde pudessem fazer uma troca de experiência, propiciando a melhoria no processo de ensino e aprendizagem em cada área. Todas as sugestões foram acatadas e adicionadas ao projeto inicial do PPP 2018 da Escola.

4 CONCLUSÃO

Percebeu-se que o PPP utilizado pela Escola Municipal Professora Ivonete Ferreira Lins até o ano letivo de 2017 precisava, de fato, de uma reorganização geral. A exemplo da falta de muitos pontos importantes, como os fundamentos teóricos e a sua flexibilidade pautada na realidade da escola a que se destina.

O direcionamento proposto pela equipe de professores(as) formadores da Universidade Federal de Pernambuco, busca atender de forma mais aproximada ao conceito de Projeto Político Pedagógico tratando de forma técnica e pedagógica um conjunto de ações, que construídas de forma coletiva, visam buscar a melhoria da construção do processo de ensino. É importante o

instrumento, desde que seja elaborado e executado de forma coerente e ética, pois apenas assim, os resultados serão alcançados e as barreiras rompidas.

A Escola Ivonete lança mão de um PPP novo, com um novo paradigma, uma nova perspectiva para o ano letivo de 2018, onde a participação coletiva e as ações elencadas serão voltadas e vivenciadas no pressuposto da realidade diária e do cotidiano escolar.

Pensar a importância do PPP é pensar em uma escola promissora que valoriza o processo educativo, é romper com o que se tem e reconstruir a organização escolar de dentro para fora. Se assim não for, as ações irão sempre declinar e os resultados serão sempre malsucedidos.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal 9.394/96. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

NOGARO, Arnaldo. Reflexão sobre pressupostos que norteiam o Projeto Político-Pedagógico da Escola. **Perspectiva**. Erechim. V.19, nº 67 - 74, setembro 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 6.ed. Campinas - SP: Papirus, 1995.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA TELMA MARIA LEANDRO DE SOUSA

RE-CONSTRUINDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UMA AÇÃO MOBILIZADORA DE IDEIAS, AÇÕES E EMOÇÕES

Antônio Paulino da Silva
Gleicione Andreino de Melo
Izabel Cristina Mota do Nascimento
Jaqueline Barbosa da Silva
Lucenilda Barreto de Medeiros
Sandra Pereira Almeida Lins
Sílvia Flávia de Lima
Valdenia Santos Velozo de Carvalho
Washington Gutemberg Mota de Araújo

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire (1996, p. 1)

1 INTRODUÇÃO

Vivenciar uma gestão democrática não é fácil. Quebrar paradigmas de uma história que deixou sem voz a comunidade escolar, que relegou os pais e a comunidade para fora dos muros da escola, que fez da escola uma ilha isolada do mundo, que instituiu a cultura do silêncio e acomodou muitos num pedestal unilateral de decisão e poder, é saber que há um enorme caminho a percorrer. Que há de se romper as amarras de uma história fortemente enraizada no universo simbólico das pessoas e na vida concreta da escola. Sugere Dewey (1916 apud APPLE; BEANE, 2001, p. 17), que pela prática da democracia se forme democratas, afirmando que: “se as pessoas quiserem assegurar e manter um modo de vida democrático, precisam de oportunidades para descobrir o que significa esse modo de vida e como pode ser vivenciado”.

A Gestão democrática, o Projeto Político Pedagógico Escolar, os Conselhos Escolares, embora muito presentes nos debates e documentos da educação brasileira da atualidade, fazem parte do cenário da escola em um

período relativamente recente, por isso ainda estamos aprendendo a pensar, a agir, a sentir a sonhar de forma democrática e coletiva, em contraposição a uma cultura individualizada e hierarquizada. Vale ressaltar que já foram dados passos importantes, mas estamos ainda iniciando a caminhada.

A Escola Professora Telma Leandro de Sousa possui duas realidades distintas, tanto na sua estrutura física como humana. De um lado temos a escola sede, uma escola nova, inaugurada no ano de 2017, por ocasião da operação reconstrução pós enchentes. Apresenta uma estrutura limpa, bonita, arejada, com acessibilidade e com espaços diversos para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, culturais e esportivas. Essa unidade está localizada em uma comunidade concentrada e populosa, formada na grande maioria de trabalhadores do mercado informal e de biscateiros. As famílias têm em média de 6 a 10 membros, vivem com renda que chega no máximo a um salário mínimo e a maioria expressiva é beneficiária do bolsa família. Possui muitos casos de pais ou parentes de estudantes presidiários e um número considerável de mães que são chefes de família. A unidade do Quilombo atende os Anos Finais do Ensino fundamental. Alguns estudantes revelam agressividade, vocabulário e comportamento desrespeitoso, envolvimento com drogas, até mesmo com evidências de consumo no interior das instalações da escola. Todos(as) os(as) professores(as) da unidade do Quilombo são contratados.

Do outro lado, encontra-se o Anexo da Escola Professora Telma Maria Leandro de Sousa, que atende da Educação Infantil ao quinto ano (Anos Iniciais do Ensino Fundamental). No horário da noite oferece a modalidade EJA fundamental. Essa unidade foi adaptada de um antigo palco de shows da área de eventos da cidade, está bastante prejudicada, feia, suja, com problemas estruturais na hidráulica e elétrica, com vidros das janelas quebrados, sem algumas portas das salas. Não possui refeitórios, nem área de recreação, com graves problemas de segurança, falta iluminação externa, não é murada, o que daria mais segurança, e não possui acessibilidade. Os alunos são advindos de várias comunidades, inclusive rurais e os docentes, em sua maioria, são efetivos.

Conhecer a comunidade escolar para poder elaborar determinadas ações é condição *sine qua non* para um projeto que se pauta na realidade, que pisa o chão social dos seus educandos e ao mesmo tempo que conhece a realidade cognitiva e o desenvolvimento da aprendizagem de cada um. Portanto, a necessidade de um diagnóstico bem feito é primordial, ter um olhar para dentro e para fora, ou seja, conhecer os estudantes, seus níveis de desenvolvimento, suas necessidades de aprendizagem e conhecer o entorno, a realidade de vida, que dará significado aos conhecimentos construídos. Quem é essa comunidade? Como é constituída? Quais as caracterizações econômicas, sociais e culturais? Quais interfaces a escola pode fazer com a realidade concreta dos educandos? São algumas perguntas que devem nortear o diagnóstico e caracterização da comunidade que subsidiarão também o trabalho pedagógico, que ganha sentido pela aplicação prática na vida. Outras perguntas devem ser feitas com a intenção de identificar os pontos fortes e fracos da comunidade, para termos consciência das dificuldades que poderão surgir durante o ano letivo com as possíveis fraquezas detectadas e tentar minimizá-las. Já os pontos fortes para serem potencializados e usados para contribuir para uma educação de qualidade.

Nesse sentido, o foco deste trabalho é reconstruir os passos vivenciados para a construção do Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola Municipal Telma Maria Leandro de Sousa, socializando a experiência e tomando distanciamento para o seu exercício reflexivo. Esse refazer faz-se necessário para a melhoria da nossa prática de constante construção de um PPP vivo, autêntico e coerente.

Assim, abordaremos as etapas de planejamento e organização para a construção do PPP, evidenciando as reuniões de avaliação do ano anterior, os resultados obtidos e as dificuldades vivenciadas que se caracterizaram como problemas a serem priorizados no ano subsequente. Serão ainda elencados os sujeitos envolvidos no processo, as prioridades, os objetivos, ações e metas, a organização do documento final, os responsáveis pelo desenvolvimento de cada ação, a avaliação no e do processo. Destacaremos o máximo de amplitude que conseguimos dar em termos de participação ampla e democrática na elaboração do Projeto Político Pedagógico da nossa escola.

Esse entendimento de democratização da gestão, onde a comunidade escolar pode e deve fazer parte da construção do PPP, está respaldado na Constituição de 1988 em seu Art. 205 ao determinar que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2016, p.123).

Já a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB no tocante à gestão democrática de ensino público, ressalta que “será na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino” (art. 3º, Inciso VIII), priorizando assim os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, bem como a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes conforme estabelecido em seu artigo 14 (BRASIL, 1996).

Tomando como base essas orientações, entende-se que é de fundamental importância que os segmentos da comunidade escolar: pais, conselho escolar, grupos comunitários entre outros, além da equipe gestora e dos docentes da escola, assumam a responsabilidade da elaboração do documento máximo que regem a vida, o trabalho, as relações e as emoções da escola, de forma crítica, construtiva, coerente e contextualizada.

2 METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico da escola foi elaborado com a participação de toda a comunidade escolar, no primeiro momento, e com grupos específicos de professores(as) e equipe gestora em etapas posteriores. Partindo da avaliação dos resultados internos e externos da escola, da análise dos objetivos e metas do ano anterior e estabelecimento das prioridades conforme relato a seguir.

3 RELATO DA EXPERIÊNCIA

3.1 Reunião da equipe gestora para planejamento

A equipe gestora planejou o primeiro momento para reunir a comunidade escolar e iniciar o processo de atualização do PPP. Foi pensada a pauta, conteúdo e como ocorreria essa etapa que seria coordenada pela gestão.

3.2 Primeira reunião para revisão do PPP em 11 de abril de 2017

A Escola Municipal Professora Telma Maria Leandro de Sousa teve sua primeira reunião realizada no dia 11 de abril de 2017 com os(as) professores(as) da educação infantil, do fundamental I, II, EJA e demais funcionários. As fotos apresentadas na figura 1 ilustram este momento.

Figura 1 – Fotos da reunião realizada com os docentes e funcionários.



Fonte: Acervo da escola.

Neste dia, foram discutidos os resultados das avaliações externas do SAEPE em 2016, realizando análise quantitativa e qualitativa do consolidado da escola, a partir de gráficos tanto da língua portuguesa quanto matemática.

3.2.1 Análise quantitativa dos resultados do SAEPE

- a) Em relação às turmas do 2º ano, destaca-se que foi o **primeiro ano em que a turma realizou avaliação externa, não havendo parâmetro comparativo para análise**, pois não há dados para mensurar a evolução ou involução da turma, apenas indicativo para potencialização do trabalho pedagógico, ficando esta avaliação de progresso para as avaliações subsequentes;

- b) Em relação aos resultados obtidos pela turma do 5º ano observa-se um **crescimento** nos resultados de **língua portuguesa** de 8 pontos percentuais no nível desejável em relação a 2015, indo de 20 para 28%. Embora tenhamos um acréscimo nos resultados no nível desejável, acréscimo no quantitativo de alunos no elementar I, de 5,5% para 20,0% o que não é bom;
- c) Referente aos resultados das avaliações de **matemática do 5º ano** observa-se que a escola apresenta um decréscimo nos percentuais de desenvolvimento da turma de 9.3% em relação a 2015 no nível desejável, de 27.3 para 18%, e um acréscimo de alunos no elementar I de 7,3% para 36,0% o que não é bom.

3.2.2 Análise qualitativa dos resultados do SAEPE e proposições para o PPP

Os dados obtidos com as avaliações do SAEPE 2016 revelaram que existe a necessidade de um investimento maior da escola em relação aos direitos de aprendizagem de língua portuguesa, por ter sido identificado um déficit de leitura e escrita nas turmas do fundamental I. Assim, foi acordado que deveria ser potencializado, através do projeto de leitura, o trabalho de alfabetização e letramento, para criar uma base de leitura e escrita necessária para o domínio dos conteúdos em todas as áreas de conhecimento. O resultado desse investimento deveria ser o crescimento da aprendizagem dos alunos.

Quanto ao trabalho de matemática, embora tenha-se desenvolvido projeto específico nesse campo com toda a escola, nota-se que não houve a mesma ênfase que o trabalho com a língua portuguesa, por ter sido pactuado com todos(as) os(as) docentes a prioridade com o domínio de leitura e escrita pelos(as) estudantes, por ser a base para o desenvolvimento dos(as) alunos (as) em todas as áreas de conhecimento. Observa-se que esta baixa aprendizagem prejudica também as outras modalidades, uma vez que não se consegue consolidar todas as habilidades necessárias para os(as) discentes vivenciarem conteúdos das séries posteriores.

3.3 Reunião com os pais

Os resultados das avaliações de larga escala da escola foram também apresentados aos pais em reunião, tanto na escola sede como na escola anexo, dialogando sobre o porquê desse resultado e estabelecendo como prioridade a qualidade do ensino, pactuado, nessa ocasião, acompanhamento dos pais nesse sentido. No momento da reunião foi escolhido o representante dos pais para compor o conselho escolar. A Figura 2 traz algumas fotos deste momento.

Figura 2 – Fotos da reunião realizada com os pais.



Fonte: Acervo da escola.

3.4 De olho no PPP - articulação com parceiros no decorrer do ano letivo

Durante o ano letivo tivemos diversas reuniões (Figura 3), com pais, alunos (as), conselho escolar, e outros segmentos, como o da saúde, segurança (AMDESTRAN), visto que uma das prioridades elencadas nas discussões do PPP na primeira reunião foi a violência, as automutilações detectadas, o uso de drogas nas modalidades do fundamental II e EJA, indisciplina e o foco na aprendizagem.

Figura 3 – Fotos das variadas reuniões.



Fonte: Acervo da escola.

A partir das prioridades elencadas podemos elencar como resultados as seguintes ações efetivadas no ano de 2017, a saber:

- Colegiado com professores(as) do Telma - Pedagogia de Projetos;
- Palestra com a União Brasileira de Mulheres – UBM, sobre combate a violência, direito a igualdade e empoderamento feminino;
- Ações de intervenção com estudantes com baixa autoestima, e combate a agressividade, juntando escola/família e outras lideranças. (Conselho tutelar, conselho escolar, AMDESTRAN, que é um órgão da guarda municipal);
- Combate à indisciplina, as drogas, e a atitudes de automutilação de estudantes/ risco a saúde pública (palestra com psicóloga, neuro-psicóloga, com representante da polícia militar, roda de conversa com pais, com os próprios alunos (as) e monitoramento dos estudantes na escola e em casa);
- Palestra sobre violência, abuso e exploração de crianças e adolescentes com a educadora social do CREAS/CRAS;
- Palestra sobre drogas com a juíza Hydia Landin e Tenente Kildere;
- Excursão Pedagógica;

- Reunião com o conselho escolar discutindo sobre indisciplina, problemas de aprendizagens, alunos faltosos;
- Monitoramento da aprendizagem com fichas de leitura e escrita (diagnóstico a cada bimestre);
- Aulões para as turmas dos 2^{os} anos e 5^{os} anos;
- Projetos de leitura e de matemática direcionados especificamente a cada modalidade para o atendimento das necessidades de aprendizagem;
- Reforço escolar com os próprios docentes e o novo Mais Educação.

3.5 Reunião com os professores(as) e equipe gestora

Nos dias 21 de novembro e 11 de dezembro, foi iniciada a reavaliação e análise do processo de construção do PPP 2017. Foram analisados a estrutura do documento, a clareza do foco principal, as lacunas observadas, os objetivos, metas e as ações definidas no documento, bem como sua coerência com a concepção teórica e o processo de construção do PPP. Após leitura e discussão ampla do documento, foi feito um direcionamento coletivo para estruturar o PPP do ano subsequente, sistematizado pela equipe que se encarregou da relatoria dos dois momentos.

3.5.1 Produto do diálogo coletivo: discutindo e redirecionando o PPP

Os dois encontros resultaram nas seguintes considerações para o redirecionamento:

- a) Observação de que a escola possui duas unidades com realidades que precisam ser vistas de formas diferentes, de acordo com suas especificidades e necessidades, são realidades diferentes, diferentes comunidades, outros grupos de estudantes, outro contexto, outra modalidade, outros atores, portanto o PPP deveria e precisa ser distinto;
- b) Necessidade de melhoria e clareza da fundamentação teórica, pois ela define o modelo de ser humano e de sociedade a serem construídos, a

proposta pedagógica e a metodologia, bem como as ações que advém desta concepção;

- c) A caracterização da comunidade deve ser melhor trabalhada, ter uma atenção especial, saber quem são os alunos, seu contexto de vida, sua família, os fatores sociais, econômicos, culturais que os constitui, as dificuldades enfrentadas na comunidade, os grupos organizados, etc. São elementos essenciais para consolidar um trabalho pedagógico comprometido e coerente, que responda além das necessidades de aquisição do patrimônio cultural do conhecimento, as questões reais da vida;
- d) Necessidade de estabelecimento e clareza de qual a prioridade, qual o principal problema a ser enfrentado pela comunidade escolar que deve estar na centralidade do PPP e tudo convergir para esta questão;
- e) Rever objetivo, metas e ações, entendendo bem o que cada um representa, sobretudo, apresentar eles de forma alinhada, ou seja, que existam metas e ações relacionadas a cada objetivo, pois por vezes aparecem desconectados;
- f) Apresentar o cronograma com datas e responsabilidades em relação a cada ação prevista;
- g) Ausência ou participação mínima do conselho escolar, dos pais, alunos e pessoal administrativo da escola na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

4 CONCLUSÃO

A experiência de reavaliar não só o Projeto Político Pedagógico, mas o seu processo de construção foi muito rico, de muita aprendizagem, identificando os pontos fracos e fortes do documento. Foi possível tomar distanciamento, observar por muitos ângulos e pontos de vista a clareza, a pertinência e coerência do projeto em função de uma realidade e necessidade concreta, que todos(as) devem ter consciência. Não ser um documento bonito, bem elaborado cheio de metas e estratégias, mas que não coadunam com a

realidade da escola. Outra questão a ser considerada é que, de fato, é um documento escrito por muitas mãos, se falta uma delas, não ficará completo, não representará a realidade daquela escola.

Destacamos a importância de o conselho escolar estar presente desde o início, ele deve conduzir todo o processo, junto com a equipe gestora, pois devem acompanhar toda a vida escolar e a organização do ensino – aprendizagem, não requer para isso competência técnica, apenas sensibilidade, comprometimento, desejo de ajudar.

Por fim concluímos que o PPP deve ser um instrumento vivo, presente no dia a dia da escola, no ato de planejar dos educadores, na orientação pedagógica dos educadores de apoio, na organização administrativa da gestão, nos direitos de aprendizagem, da cultura, lazer e esporte dos(as) discentes, no acompanhamento do trabalho da escola pelos pais, no desenvolvimento das funções administrativas da escola. O PPP não só é o coração da escola, é a razão dela existir, pois conjuga os elementos necessários para a democratização do conhecimento, para solidificar valores éticos, construir cidadania, emancipar os indivíduos pelo saber, que emanciparão a sociedade, essa seria verdadeiramente uma educação de qualidade.

5 REFERÊNCIAS

APPLE, Michael; BEANE, James. (orgs). **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal 9.394/96. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LAURO FERREIRA CHAVES

O PPP EM AÇÃO E REFLEXÃO: AÇÕES PENSADAS NO PROCESSO DE APERFEIÇOAMENTO DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LAURO FERREIRA CHAVES

Cícera Maria Pereira da Silva
Francilaine Maria de Souza
Jaidene Maria da Silva
Maria Regiane da Silva
Valdenise de Sousa Félix

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola é fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, a partir da reflexão sobre a escola que temos e a escola que queremos. É nesse sentido que Gadotti (2000), ao afirmar que o PPP estabelece ruptura com aquilo que já está instituído tornando-se, por isso, proporcionador de uma nova direção para as ações político-educativas da escola, apresenta algumas condições ‘facilitadoras’ para que o PPP seja bem-sucedido. Foi a partir desse entendimento que a Escola Municipal Professor Lauro Ferreira Chaves estabeleceu, por meio da reflexão, as ações necessárias para atender às necessidades individuais e coletivas de cada grupo, e a “Ação-reflexão-ação” proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), levando sempre em consideração a diversidade étnico-racial, bem como a realidade sociocultural e econômica na qual a comunidade está inserida.

Nessa conjectura, a Escola Municipal Professor Lauro Ferreira Chaves, busca atender ao tipo de gestão proposto pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) qual seja uma gestão democrática e participativa.

A Escola apresenta-se respaldada em uma cultura de paz, valores humanos e sustentabilidade, para tanto se elaborou o Projeto Político

Pedagógico considerando-o essencial para o desenvolvimento do ensino a que lhe compete. Tomou como base as diretrizes gerais estabelecidas pela Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu Artigo 3º, mediante os princípios educacionais, adequando essas orientações à sua realidade. Ainda, traçaram metas e ações para garantir aos educandos os direitos de aprendizagem e uma educação que promova seu crescimento em relação à compreensão de mundo, tornando-os cidadãos participativos e críticos, construtores de uma sociedade mais justa, humana e fraterna.

Tivemos então como objetivo, possibilitar a vivência de práticas pedagógicas que viabilizem um trabalho eficaz por intermédio da participação dos(as) estudantes, pais, responsáveis, colaboradores, bem como a comunidade, tornando-nos, dessa forma, referência no segmento educacional do município. Visando a uma educação de qualidade, formando assim discentes que possam atuar de forma crítica, responsável e consciente da necessidade da construção permanente dos valores da cidadania.

2 O PPP EM REFLEXÃO

As possibilidades de mudanças nas escolas demandam persistência, muita reflexão e trabalho coletivo (ação-reflexão-ação), na perspectiva de superação dos limites e dificuldades. Assim, na medida em que se planeja, decide e executa, a equipe/comunidade escolar se responsabiliza por seus atos e passa a tomar mais consciência das suas necessidades e a dialogar e problematizar sobre a sua realidade. Libâneo (2004), fala sobre o conceito de participação como sendo o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários do processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização da escola.

Nessa perspectiva, a metodologia foi pautada por vários momentos de reflexão sobre a realidade da referida instituição e elencada conforme a demanda da comunidade escolar. Oportunizando aos diversos segmentos, mediante diálogos pedagógicos, contemplar sobre as esferas pedagógico-

administrativa e financeira da escola, tendo como fundamento uma gestão democrática e participativa. Por isso, nos alerta Gadotti (2000), o PPP em suas várias dimensões de elaboração, toma sempre como ponto de partida o já instituído aquilo que já foi historicamente construído, não para perpetuar ou para afirmar fatalismos (foi sempre assim, nada mudará), mas para criar uma nova utopia, uma nova perspectiva.

As imagens abaixo ilustram os diferentes momentos de reflexão do PPP vivenciados pela comunidade escolar (Figura 1 a 5).

Figura 1 – Análise, reflexão e alteração do PPP por professores, equipe gestora e membros do conselho escolar – definindo ações e responsáveis – I semestre de 2017.



Fonte: Acervo da escola.

Figura 2 – Apresentação do PPP a comunidade escolar durante o I Encontro entre Família – II semestre de 2017.



Fonte: Acervo da escola.

Figura 3 – Incluindo o Mais Educação nas ações do PPP - professores, monitores, facilitadores e o conselho Escolar.



Fonte: Acervo da escola.

Figura 4 – Adequação da educação inclusiva nas ações previstas no PPP.



Fonte: Acervo da escola.

Figura 5 – Análise, reflexão e avaliação do PPP com os professores, equipe gestora, membros do conselho escolar, monitores e facilitadores do novo mais educação, educadores, familiares, equipe do IFPE e técnica da SEMED.



Fonte: Acervo da escola.

A partir das imagens acima, é possível perceber que a equipe colaborativa promoveu ao longo de todo o período letivo de 2017, ciclos de análise, reflexão, revisão, alteração e avaliação do PPP. Baseado em Gandin (1997), teve-se como eixos norteadores as seguintes questões: Quais são os índices de aprovação, reprovação e evasão apresentados pela escola? Quem é o(a) estudante que frequenta a escola? Quais os principais problemas da comunidade? Que cidadão se quer formar? Que formas a escola tem de

99 | Programa de Formação Continuada | Centro de Educação - UFPE

inserção na comunidade? Que limitações ou possibilidades a escola percebe nas suas relações com a comunidade? Quem são e qual a qualificação dos profissionais que atuam na escola? Quais são as condições físicas e materiais da escola? Qual a origem e como são aplicados os recursos financeiros destinados à escola? Quais as condições de uso das dependências escolares? Como vem sendo utilizado o tempo pedagógico? Como são organizadas as classes? Como acontece o processo de avaliação? Ele vem se constituindo em espaço de formação da cidadania?

Assim, a partir dos questionamentos supracitados foram traçados objetivos/metasp e ações, relacionando aos responsáveis e a dimensão do tempo para seu cumprimento, expostas no quadro 1.

Quadro 1 – Sistematização das ações e metas.

OBJETIVO/META	ACÇÕES	RESPONSÁVEIS	DIMENSÃO TEMPORAL
Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP)	Revisar periodicamente a proposta pedagógica, com intuito de adotar estratégias de ensino diferenciadas, inovadoras e criativas, garantindo assim o sucesso acadêmico dos(as) estudantes;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as), pessoal administrativo e o Conselho Escolar	Curto prazo
Aumentar o número de matrícula	Assegurar um desempenho de excelência, aumentando o índice geral de matrícula dos(as), estudantes;	Toda comunidade escolar	Médio prazo
Melhorar o nível de aprendizagem	Incentivo a inovação da prática pedagógica com o uso de meios tecnológicos (Laboratório de Informática, atividades diferenciadas, impressas, lúdicas, fora do “espaço” sala de aula e o reforço escolar assegurando um desempenho de excelência nos processos de ensino e aprendizagem);	Equipe Gestora, Educadora de Apoio e Professores(as),	Curto prazo
Zelar pela frequência escolar;	Promover atividades que estimulem o interesse dos(as), estudantes e a sua permanência na escola, buscando parcerias com os(as), educadores(as), familiares, o Conselho Tutelar, o Conselho Escolar, a Promotoria Pública; Realizar visitas às residências dos(as) estudantes(as),; Realizar o monitoramento dos(as), estudantes(as) com mais de 03 ausências com suas respectivas justificativas;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as), Conselho Escolar e o Conselho Tutelar	Curto prazo

Garantir a alfabetização na idade certa	Oferecer atendimento diferenciado para meninos e meninas que apresentem dificuldades na aprendizagem;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as) e o Conselho Escolar	Médio prazo
Garantir a eficácia do tempo pedagógico	Conscientização do corpo docente e discente quanto à pontualidade e vivência do horário escolar e a elaboração de planejamento de aula;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as) e o Conselho Escolar	Curto prazo
Estimular a participação da família na escola	Participação da família nos projetos pedagógicos, festividades (feira cultural, dia da família na escola, dia do estudante e outros), reuniões de pais e mestres, família na escola, Plantão Pedagógico;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as) e o Conselho Escolar	Médio prazo
Incentivar a gestão democrática e participativa na escola	Encontros entre a Família e Escola incentivando a participação da comunidade escolar nas decisões da escola;	Equipe Gestora	Médio prazo
Fortalecer o Conselho Escolar	Reuniões bimestrais com o Conselho Escolar debatendo temas que fortaleça as atribuições do mesmo;	Equipe Gestora	Médio prazo
Garantir aos educandos os direitos de aprendizagem.	Promover educação que possibilite seu crescimento em relação à compreensão de mundo, tornando-os cidadãos participativos e críticos, construtores de uma sociedade mais justa, humana e fraterna.	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as)	Longo prazo
Melhorar os resultados das avaliações externas (SAEPE PROVINHA BRASIL e ANA), atingindo ou superando os índices previstos. Visando melhorar matemática para o 3º ano e Língua Portuguesa e Matemática para o 5º ano.	Elaboração e aplicação de simulados bimestrais contemplando os indicadores das avaliações externas; Análise dos resultados dos simulados; Elaboração de aulas, visando atender as dificuldades apresentadas pelos estudantes durante a aplicação dos simulados;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as)	Longo prazo
Elaborar Planejamento com os(as) professores(as) /educadora de Apoio e garantir a participação dos(as) docentes nas Formações Continuadas.	Garantir a participação dos professores nas formações promovidas pela SEMED, bem como acompanhar a elaboração e execução do planejamento;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as)	Curto prazo

Realizar de forma interdisciplinar o Projeto de Leitura “Vivendo no Mundo Mágico da Leitura e da Escrita”	Elaboração, execução e divulgação do Projeto de Leitura e escrita; Divulgação no jornal do Lauro, dos estudantes leitores que se destacaram no processo de reconto e nas atividades diárias; Garantia da culminância dos Projetos; Incentivo ao cântico de Hinos Cívicos no momento da entrada e no espaço da sala de aula (segunda-feira);	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as) e o Conselho Escolar	Curto prazo
Realizar de forma interdisciplinar o Projeto de Matemática “Aprendendo Matemática de forma divertida”.	Elaboração, execução e divulgação do Projeto de Matemática.	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as) e o Conselho Escolar.	Curto prazo
Escola e Família, Juntos Escrevemos um Futuro Melhor.	Convidar a comunidade local para de forma voluntária participar das atividades comemorativas, previstas no calendário escolar;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as) e o Conselho Escolar.	Médio prazo
Garantir a participação efetiva de todos os atores envolvidos no processo educacional nas questões inerentes a Sexualidade, Meio Ambiente e Educação no Trânsito.	Elaboração, execução e divulgação dos Projetos Sexualidade, Meio Ambiente e Educação no Trânsito;	Toda comunidade escolar	Curto prazo
Garantir a vivência do tema “Alimentação e nutrição” de acordo com as orientações do PNAE.	Elaboração execução de sequências didáticas; Palestras e atividades em sala de aula;	Equipe Gestora, Educadora de Apoio, Professores(as).	Curto prazo

Fonte: Produção dos/as autores/as.

A equipe colaborativa de trabalho teve como norte as situações apresentadas no momento de diagnóstico da realidade escolar e, por sua vez, traçou metas, definiu responsáveis e elaborou um Plano de Ação levando em consideração os objetivos comuns e as intencionalidades educativas existentes. Pois, segundo Silva e Zenaide (s.d) o Planejamento de Ações Educativas, articulando as metas aos objetivos, os fundamentos, os conteúdos e as estratégias metodológicas devem considerar os contextos comunitário e

escolar, as condições e o ambiente educacional, os sujeitos envolvidos, a qualidade, a habilidade e a experiência dos educadores (as) o processo de avaliação e acompanhamento.

Nessa perspectiva, elaboramos um plano de ação, ponderando sobre a dimensão temporal, que implica distribuição das necessidades/ações de acordo com uma distribuição em curto, médio e longo prazo.

4 CONCLUSÃO

A Escola Municipal Professor Lauro Ferreira Chaves apresenta um Projeto Político Pedagógico Escolar bem estruturado, aberto à comunidade, pois preza pelos valores e conhecimentos dos estudantes. Tem buscado, em cada momento de ação-reflexão-ação, as múltiplas formas que possibilitem acontecer o processo de ensino e a busca por uma escola de referência no segmento educacional do município, numa perspectiva de gestão democrática e humanizada, à luz dos conceitos que fundamentaram suas ações. Também apresenta uma educação voltada para a interdisciplinaridade e construção do senso crítico dos alunos. Outro aspecto positivo a ser ressaltado diz respeito à análise e compreensão do PPP apresentado pelos atores envolvidos no processo educacional da instituição e aos projetos e parcerias que a escola possui.

Toda a vivência sobre a qual se relata e reflete, tem contribuído para uma maior abertura da escola com a comunidade e tem impacto direto na qualidade de ensino, que pode ser verificado por meio dos diferentes objetivos, filosofias, metas e ações a serem cumpridas. No planejamento participativo percebeu-se que houve um fluxo maior não só de desejos, mas de esperanças de outra prática onde possamos depois reconhecer que valeu a pena todo o trabalho “que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola” conforme diz Vasconcellos (2002, p. 172).

Nesse contexto, e a partir da “Ação-reflexão-ação”, foi possível, rever a nossa prática e redirecionar as nossas ações a fim de possibilitar fazer a releitura das:

- ✓ Ações e projetos que a escola desenvolveu no ano anterior, avaliados como importantes para serem mantidos (Projeto Interdisciplinar de Língua Portuguesa, Projeto Interdisciplinar de Matemática, Projeto Afro, Projeto Minha Educação no Trânsito, Projeto Folclórico, Projeto Escola e Família, juntos escrevemos um futuro melhor, Semana da Pessoa com Deficiência, Alimentação Saudável, Meio Ambiente e Saúde Bucal);
- ✓ Novas ações e projetos sugeridos para resolver situações e problemas identificados pelo grupo no campo da convivência escolar (Projeto de Incentivo à leitura, Projeto Minha Turma Nota 10, Projeto Sexualidade Infantil: uma releitura no cotidiano escolar);
- ✓ Novas ações que visem implementar metodologias em sala de aula que garantam uma participação mais efetiva do(a) estudante na construção do conhecimento, evitando a ociosidade a fim de promover a eficácia do tempo pedagógico, a aprendizagem de estudantes com deficiência ou com necessidades específicas;
- ✓ Ações voltadas para a garantia da formação continuada dos profissionais da educação no espaço-tempo da instituição escolar;
- ✓ Ações que venham a contribuir para tornar contínuo o relacionamento com estudantes e pais, possibilitando a integração voluntária entre a família e a escola;
- ✓ Ações que visem assegurar um desempenho de excelência aumentando o índice geral de aprovação dos estudantes;
- ✓ Ações que possibilitem a revisão periódica do PPP, com intuito de auto avaliar a prática pedagógica e adotar estratégias de ensino diferenciadas, inovadoras e criativas, garantindo assim o sucesso acadêmico dos(as) alunos(as);
- ✓ Ações que venham assegurar o acompanhamento dos níveis de aprendizagem, por meio de avaliações dos(as) estudantes de forma contínua e sistemática;
- ✓ Ações que visem dinamizar a atuação do Conselho Escolar;
- ✓ Promoção de atividades diversificadas que estimulem o interesse do(a) estudante e a sua permanência na escola;

- ✓ Ações que possibilitem aos órgãos colegiados, dialogarem sobre a melhor forma de aplicabilidade dos recursos financeiros, assegurando o processo de transparência fiscal e a qualidade da dimensão financeira da escola;
- ✓ Ações que garantam uma forma de avaliação contínua e cumulativa do desempenho do(a) estudante, prevalecendo uma proposta de ensino que valorize os resultados acumulados ao longo de todo o processo de ensino.

Outrossim, gostaríamos de pontuar sobre a importância do trabalho desenvolvido no sentido de respaldar o PPP a partir de embasamentos teóricos, pois de acordo com Mello (2006, p. 86), “a fundamentação teórica apresentada deve servir de base para a análise e interpretação dos dados coletados na fase de elaboração do relatório final. Dessa forma, os dados apresentados devem ser interpretados à luz das teorias existentes”. E sob essa ótica, o grupo compreendeu que a revisão de textos, artigos, livros, periódicos, contribuiu para corroborar com o fortalecimento da Proposta Política Pedagógica da Escola.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal 9.394/96. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MELLO, C. H. P. **Gestão da Qualidade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

SILVA, M. S. M.; ZENAIDE, M. N. T. Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/redhbrasil/wp-content/uploads/2014/04/PLANO-DE-A%C3%87%C3%83O-EM-DH-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-B%C3%81SICA.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2017.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.